



EMANUELY FAGANELO DE SOUZA

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO A PESSOA EM VULNERABILIDADE
SOCIAL**

Sinop/MT

2019

EMANUELY FAGANELO DE SOUZA

**CENTRO DE INTEGRAÇÃO A PESSOA EM VULNERABILIDADE
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Banca Avaliadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Sinop-Fasipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Esp. Lays Caroline Moreno

Sinop/MT

2019

CENTRO DE INTEGRAÇÃO A PESSOA EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Avaliadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo-FASIPE, Faculdade de Sinop como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Lays Caroline Moreno, Esp.
Professor(a) Orientador(a)
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – FASIPE

Alessandra M. Saldanha, Ms.
Professor(a) Avaliador(a)
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – FASIPE

Andressa Candido Schmitt, Esp.
Professor(a) Avaliador(a)
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – FASIPE

Jennifer Beatriz Uveda, Esp.
Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – FASIPE

Sinop/MT

2019

DEDICATÓRIA

Há Deus, meus Pais e todas as pessoas que em minha caminhada demonstraram paciência e carinho.

Em especial, àquelas que me incentivaram a seguir sempre em frente e nunca desistir dos meus sonhos.

AGRADECIMENTO

- A Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia, socorro presente na hora da minha angústia.
- Aos meus pais, que me ajudaram a dar os primeiros passos na vida e me tem me acompanhado até aqui.
- A professora orientadora, que me orientou de forma objetiva e com muita paciência para obter êxito neste trabalho, a quem sou muito grata.
- Aos demais professores, do curso de graduação, que nos transmitiram seus conhecimentos e muito contribuiu para nossa formação.
- A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho e permitiram o enriquecimento de minha aprendizagem.

EPÍGRAFE

“Há um gosto de vitória e encanto na condição
de ser simples. Não é preciso muito para ser
muito”.

Lina Bo Bardi

RESUMO

O centro de integração a pessoa em vulnerabilidade social tem por objetivo acompanhar, profissionalizar, reintegrar à sociedade, pessoas em situação de rua, disponibilizando local de moradia, lazer e convívio aplicando conceitos sustentáveis. O processo histórico dessas pessoas que vivem em situações precárias, vem desde a revolução industrial no século XVIII, onde os primeiros movimentos em prol foram feitos pela Pastoral do Povo da Rua em 1970, onde o primeiro atendimento a essa população foi no ano de 2002, pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte que deu origem a Saúde da Família. A Política Nacional para a População em Situação de Rua definida pelo Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, define essa população como: Um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, que teve seus vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, que devido a inexistência de moradia convencional regular utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente. Os centros de integração a pessoa em vulnerabilidade social também são chamados de acolhimento institucional, sendo oferecido por diversas instituições governamentais e não governamentais, como abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, república, albergue, casa de convívio/centros pop e acolhimentos institucionais. A indústria da construção civil é indicada como um setor de grande importância para alcançar a sustentabilidade pois estima-se que, por ano, no mínimo 33.000 (trinta e três mil) toneladas de resíduos da construção civil são recolhidos no Brasil. Visando um bom funcionamento e sua baixa manutenção da obra, com um projeto arquitetônico bem elaborado capaz de evitar desperdício de recursos e potencializar os já disponíveis, tomando partido do terreno, clima, materiais e tecnologias, ferramentas sustentáveis foram avaliadas como o método construtivo Steel Frame, reuso da água e iluminação e ventilação natural.

Palavras-chave: Pessoa em Situação de Rua; Centro de Integração; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The integration center the person in social vulnerability aims to accompany, professionalize, reintegrate to society, homeless people, providing a place of moradialazer and conviviality applying sustainable concepts. The historical process of these people living in precarious situations comes from the industrial revolution in the eighteenth century, where the first pro-life movements were made by the Street People's Pastoral in 1970, where the first service to this population was in the year 2002, by the Municipal Health Department of Belo Horizonte that gave birth to Family Health. The National Policy for Street Population defined by Presidential Decree 7.053, of December 23, 2009, defines this population as: A heterogeneous population group that has in common extreme poverty, whose family ties were interrupted or weakened, which due to the lack of regular conventional housing uses the public places and the degraded areas as a living and living space, temporarily or permanently. The centers for integrating the person with social vulnerability are also called institutional reception, being offered by various governmental and non-governmental institutions, such as institutional shelter, home-house, house of passage, republic, shelter, hostels / pop centers and shelters institutions. The construction industry is indicated as a sector of great importance to achieve sustainability since it is estimated that, at least 33,000 (thirty-three thousand) tons of construction waste per year are collected in Brazil. Aiming at a good functioning and low maintenance of the work, with a well designed architectural project capable of avoiding wasted resources and potentializing those already available, taking advantage of the terrain, climate, materials and technologies, sustainable tools were evaluated as the Steel Frame construction method , water reuse and natural lighting and ventilation.

Keywords: Person in Situation of Street; Integration Center; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Dimensionamento de rampa.....	43
Figura 2: Habitação	48
Figura 3: Recepção La Casa.....	48
Figura 4: CapsloHomeless Center.....	49
Figura 5: Sala multiuso	49
Figura 6: Área externa.....	50
Figura 7: Estratégias Sustentáveis.....	50
Figura 8: Shelter Home	51
Figura 9: Projeto do Pavimento Térreo	52
Figura 10: Projeto primeiro pavimento	52
Figura 11: Iluminação natural	53
Figura 12: Albergue Manoel Miráglia.	54
Figura 13: Fluxograma Manoel Miráglia.....	54
Figura 14: Localização do terreno.....	55
Figura 15: Planta de Situação terreno	56
Figura 16: Topografia terreno	56
Figura 17: Comportamento do Sol e Vento	57
Figura 18: Direção das vias ao entorno do terreno.....	58
Figura 19: Modelo de uns dos banheiros PCD.....	58
Figura 20: Tabela de parâmetros urbanísticos da cidade de Sinop-MT.....	59
Figura 21: Mapa do zoneamento da cidade de Sinop/MT	59
Figura 22: Mapa do zoneamento da cidade de Sinop/MT	60
Figura 23: Mapa do zoneamento da cidade de Sinop/MT	60
Figura 24: Setorização.....	61
Figura 25: Fluxograma	62
Figura 26: Orientação solar e vento em relação ao terreno.....	65
Figura 27: Implantação.....	66
Figura 28: Quadro de áreas	68
Figura 29: Jardim filtrante em corte.....	69

Figura 30: Placas Fotovoltaicas.....	69
Figura 31: Chaminé solar	70
Figura 32 Planta de Layout lofts familiar.....	71
Figura 33: Planta de Layout lofts PCD e individual	71
Figura 34: Planta de Layout bloco administrativo e atividade coletiva	72
Figura 35: Planta de Layout setor de vendas e eventos.....	72
Figura 36: Planta layout refeitório	73
Figura 37: Planta de Layout Lavanderia e canil.....	73
Figura 38: Implantação.....	74
Figura 39: Fachada principal bloco administrativo e atendimento	74
Figura 40: Setor de vendas e eventos	75
Figura 41: Setor de vendas e eventos	75
Figura 42: Lavanderia e canil.....	75

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa	12
1.2 Problematização	13
1.3 Objetivos.....	14
1.3.1 Geral	14
1.3.2 Específicos	14
2. REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 Contexto histórico.....	15
2.2 Processo histórico de organização da população em situação de rua no Brasil	16
2.3 As primeiras entidades e associações no Brasil	17
2.4 “Cinquenta em cinco” e a promessa da mudança de vida.....	18
2.5 Conceitos de Vulnerabilidade Social	21
2.6 Caracterização da população em vulnerabilidade social.....	22
2.7 Pessoa em Situação de Rua e o Preconceito	23
2.8 A Psicologia e as pessoas em situação de rua.	24
2.9 O labor como fenômeno, visão do sistema sobre o indivíduo.	24
2.10 Política nacional de Assistência Social (PNAS).....	26
2.11 Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).....	27
2.12 Conceituação e surgimento do Centro de integração	28
2.13 Centros POP.....	29
2.14 Normativas regentes a população em Situação de Rua.....	29
2.15 Sustentabilidade na Arquitetura	30
2.16 Certificações sustentáveis.....	31
2.17 Automação – O impacto da máquina na vida do homem	32
2.17.1 Automação X Sustentabilidade.....	33

2.18 Ferramentas sustentáveis.....	34
2.18.1 Steel Frame	34
2.18.2 Reuso de Água Pluvial e Água Cinza.....	36
2.18.3 Energia Solar Térmica	37
2.18.4 Jardim Filtrante	38
2.18.5 Conforto Térmico	38
2.18.6 Ventilação natural	39
2.18.7 Iluminação Natural	39
2.19 Acessibilidade.....	41
2.19.1 Piso Tátil.....	41
2.19.2 Barras de apoio para banheiros com acessibilidade – PCD.....	42
2.19.3 Rampas	42
2.20 Pisos Adequados	43
2.21 Ergonomia para Cadeira de Rodas.....	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	45
3.1 Tipo de pesquisa	45
3.2 População e amostra	45
3.3 Coleta de dados.....	45
4 ESTUDO DE CORRELATOS	47
4.1 La Casa – Washington, DC, EUA	47
4.2 CapsloHomeless Center – São Luis Obispo	48
4.3 Shelter Home - Pamplona – Espanha	51
4.4 Albergue Manoel Mirágua – Cuiabá/MT	53
5 O PROJETO	55
5.1 Localização.....	55
5.2 Topografia.....	56
5.3 Orientação solar e comportamento do vento no terreno	57

5.4 Direção das vias	57
5.5 Acessibilidade.....	58
5.6 Parâmetros urbanísticos	59
5.7 Setorização	61
5.8 Fluxograma	62
5.9 Programa de necessidades e dimensionamento	62
5.9.1 Partido arquitetônico.....	65
5.10 Implantação.....	65
5.11 Memorial descritivo e justificativo.....	67
5.11.1 Dados gerais.....	67
5.11.2 Objetivo	67
5.11.3 O projeto	67
5.11.4 QUADRO DE ÁREAS.....	68
5.12 Diretrizes construtivas	68
5.12.1 Jardim Filtrante e Captação da água da chuva.....	68
5.12.2 Placas fotovoltaicas	69
5.12.3 Chaminé Solar	70
5.12.4 Stell Frame.....	70
6 PROJETO DE ARQUITETURA	71
6.1 Maquete Eletrônica	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	77

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, convive-se com várias questões sociais que foram geradas e ocasionadas por conta do processo de globalização¹ e principalmente o trabalho precário. A situação de rua no Brasil é um assunto muito complexo, e o mesmo vem sendo discutido por diferentes políticas públicas.

As pessoas em situação de rua convivem sem garantia dos seus direitos sociais, seguros na constituição federal de 1988 no Artigo 6, tornando-os sujeitos de uma sociedade que além de não oferecer recursos, exclui.

Segundo a Constituição, o Artigo 6 diz:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000, EC no 64/2010 e EC no 90/2015).

A concepção de vulnerabilidade não está atrelada somente a precariedade ao acesso de renda, mas ela engloba um aspecto social bem complexo, como as fragilidades a vínculos afetivos e principalmente a exclusão dos acessos ao serviço público. Ela ainda pode ser definida como o estado vulnerável de um indivíduo, família ou conjunto social, no que se refere a sua capacidade de controlar as forças que influenciam no seu bem-estar.

Entre os efeitos da sociedade capitalista, é importante salientar a grande riqueza produzida socialmente, a qual não é distribuída igualmente. Deste modo, enquanto as riquezas de muitos crescem, existe outra realidade que sobrevive com salários mínimos, o que não

¹ Segundo Abílio (2009), a globalização é um processo revolucionário, que provém do avanço de processos tecnológicos decorrentes dos últimos 20 ou 30 anos, que alteram de forma direta todos os setores de uma sociedade.

garante a provisão dos mínimos sociais previstos na constituição. Segundo o IBGE (2018) o contingente de pessoas com renda inferior a US\$ 1,90 por dia (R\$ 140 por mês), que estariam na extrema pobreza de acordo com a linha proposta pelo Banco Mundial, representava 6,6% da população do país em 2016, contra 7,4% em 2017. Em números absolutos, esse aumentou foi de 13,5 milhões em 2016 para 15,2 milhões de pessoas em 2017.

Assim, cresce de forma desordenada o número de pessoas que sobrevivem em situação de miséria² no Brasil. Pesquisas feitas pelo IPEA (Institutos de Pesquisas Aplicadas) apontam o Maranhão como o topo na escada de estados com o maior percentual de miséria do país.

As políticas públicas no Brasil sofreram um enorme avanço a partir da década de 80, com a transição para as políticas de Assistência Social que aconteceu de 1985 a 1998 com a redemocratização e a nova constituição.

Assim, a situação de rua é um reflexo de um agravamento do descaso com as questões sociais, a qual deve ser compreendida como um fenômeno inerente ao modo capitalista, produzindo em larga escala a desigualdade social.

Entendendo a situação atual do país e percebendo que a mesma está diretamente ligada ao processo de crescimento desigual, pode-se afirmar que a cidade de Sinop que já passa por essa situação, necessita que uma edificação que envolva esse grupo de pessoas com recursos como saúde, educação, assistência social e principalmente atenção por meio de relações. Para este fim, esse trabalho visa elaborar um centro de integração a pessoas em vulnerabilidade social em Sinop/MT, aplicando conceitos sustentáveis, destinado ao acompanhamento, profissionalização, lazer, convívio e reintegração a sociedade.

1.1 Justificativa

O interesse em elaborar um centro de integração a pessoa em vulnerabilidade social emergiu ao observar nas praças e calçadas do centro da cidade de Sinop/MT pessoas em condições precárias e sub-humanas, marcados por situações de violência, preconceito e falta de oportunidades, deixando-as sem motivação para sair dessa situação. Fato ocorrido em 2017 onde aproximadamente trinta pessoas se encontravam em pontos provisórios de moradia,

² “Miséria significa mendicância, estado de penúria. É uma expressão usada quando pertinente à falta de necessidades básicas para a sobrevivência.”

como a praça da Catedral Sagrado Coração de Jesus, região central de Sinop, se instalaram ali por aproximadamente um mês. No município não existe projetos específicos para atender essas pessoas em vulnerabilidade social, a secretaria de Assistência Social do município firmou um contrato com associação Vasos do Oleiro para abrigar temporariamente essas pessoas em situação de rua. A instituição disponibiliza até 30 vagas por mês, oferecendo café da manhã e jantar obrigatoriamente, e almoço somente em casos excepcionais, para usuários enfermos.

A partir dessa análise e fatos ocorridos viu-se a necessidade de um espaço adequado para atender essas pessoas, oferecendo estadia, qualificação, reabilitação, lazer e reintegração a sociedade.

Considerando todos os atrativos mencionados, pode-se perceber a carência desse tipo de construção no município de Sinop, um local que tenha a cara de quem irá desfrutar, usando materiais diferenciados, buscando técnicas construtivas que priorizem o conforto e custo. Uma obra que busque a humanização da arquitetura e não apenas seu conceito estético.

1.2 Problematização

Partindo da necessidade de um local para abrigar as pessoas de toda faixa etária de idade que por motivos diversos estão em vulnerabilidade nas ruas, trazendo possibilidade de reintegração a sociedade através moradia, lazer, ensino e profissionalização. Com apoios de parcerias e voluntariados, que possam contribuir com recursos financeiros ou qualquer outro tipo de apoio para o desenvolvimento do projeto social.

Hoje, uma parcela da população brasileira vive as mínguas nas ruas do nosso país, vulneráveis psicologicamente e morando em condições sub-humanas. Essas pessoas se tornaram invisíveis aos olhares da sociedade e aos olhos do estado, haja vista que todos os recursos públicos não chegam a essas pessoas.

É importante salientar como essa situação afeta a vida e a socialização dessas pessoas, tira-las das ruas não é só a solução, isso se tornou algo de maior proporção. É necessário acompanhamento para tentar introduzir essas pessoas novamente na sociedade.

Dessa maneira, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: Como elaborar um centro de integração a pessoas em vulnerabilidade social em Sinop/MT, aplicando conceitos sustentáveis, destinado à acompanhamento, profissionalização, lazer, convívio e reintegração a sociedade.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Elaborar um centro de integração a pessoas em vulnerabilidade social em Sinop/MT, aplicando conceitos sustentáveis, destinado à acompanhamento, profissionalização, lazer, convívio e reintegração a sociedade

1.3.2 Específicos

- Analisar a necessidade desse empreendimento para região;
- Identificar os meios sustentáveis para a execução da obra, visando à sustentabilidade;
- Identificar espaços acolhedores, humanos e resolutivos, analisando a salubridade necessária para os usuários e funcionários dos centros;
- Propor ambientes que facilitem a locomoção de pessoas com a mobilidade reduzida, conforme a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) na edificação;
- Atender as atividades que possibilitem a integração entre estes indivíduos.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A análise que consiste em um resumo de discussões já feitas por outros autores orientou a obtenção de conhecimentos que ajudaram na formação do futuro Centro de Integração a Pessoa em Vulnerabilidade Social de Sinop. Os fatos somados nessas pesquisas foram aplicados e associados com todas as informações utilizadas sendo empregadas no referencial teórico para melhor entender o propósito de estudo.

2.1 Contexto histórico

Segundo Silva (2009) é importante associar esse processo histórico com a revolução industrial no século XVIII, que encerrou a transição do feudalismo para o capitalismo. Fase onde se destaca o aumento da produtividade, a vinda de operários para a cidade e a substituição dos mesmos por máquinas, assim aconteceu à preponderância do capital mercantil sobre a produção, o produtor perde sua característica de produzir o que consome e passa a vender sua força de trabalho nas indústrias da cidade.

Em uma sociedade capitalista, o progresso é de responsabilidade individual e não do Estado. Segundo Raquel (2012), a “situação de rua” é proveniente da extrema pobreza e não é opcional, desta forma, ela é sim uma responsabilidade do poder público.

A análise de Geremeck (1995) é referente a uma Europa marcada pela devastação sociodemográfica marcada pela peste negra e pela ruptura da estrutura feudal. Nesse mesmo período acontecia a ascensão burguesa que enriquecia com o comércio das novas colônias. Porém, não havia trabalho para todos e os salários eram irrisórios e insuficientes.

Ainda segundo Geremeck (1995), o processo de pauperização é um fenômeno social que vem do empobrecimento da classe na ascensão do capitalismo. As cidades europeias possuíam limitadas possibilidades de absorção e assim, tornaram-se comuns as massas de miseráveis.

Massas esfomeadas de miseráveis dirigiam-se para lá, enchendo as praças e ruas, e quando encontravam as portas fechadas ficavam esperando ajuda ao pé das muralhas, contando com a comida, o leito ou a esmola de um passante _ (...) a ideia de pobreza relacionada a dogmas cristãos é superada nesta fase da Idade Média dando lugar a uma imagem da miséria como praga social e do pobre como figura perigosa para a ordem pública. (GEREMEK, 1995;20-22).

A sociedade dessa época possuía uma ordem social hierárquica, baseada na religião e na nobreza da era medieval. Essa torre hierárquica social eram os responsáveis pelo discurso de uma atitude em torno da pobreza.

Depois do surgimento do Neoliberalismo, a minimização do Estado gerou uma “desproteção social” que acabou descaracterizando o que conhecemos como políticas públicas, como direito de todo cidadão oferecido pelo estado.

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Como exemplo de políticas públicas, pode-se citar a saúde e a educação, que são direitos universais de todos os brasileiros. (MEIO AMBIENTE).

Esse processo de descaracterização das políticas públicas teve como consequência um “achatamento” dos direitos sociais para o atendimento da população. (SILVA, 2009).

A migração de pessoas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida e oportunidades no mercado de trabalho resultaram na aceleração no crescimento urbano. Desta forma, a vinda dessa população para as cidades transformou os serviços públicos em um caos, e resultou a precarização das condições de trabalho (QUEIROZ; 2009).

2.2 Processo histórico de organização da população em situação de rua no Brasil

No Brasil, o fenômeno já existia antes do Império, isso mostra que a maior parte da história do Brasil é marcada por mendicância e vadiagem, como eram chamadas. Com a descoberta do Mundo Novo, foram chegando ao Brasil povos com a intenção de explorar esse território de terra e todos os seus recursos. Esses povos tinham a também a intenção não só de

catequizar, mas também de “fisgar” os indivíduos que viviam aqui, dessa forma, muitas crianças nativas foram afastadas da sua cultura em prol da “educação”. (BAPTIST; 2010).

A fim de inserir os valores europeus na colonização portuguesa no Brasil, foram feitas casas que recebiam os nativos, órfãos ou rejeitados vindos de Portugal. Porém, com a problemática de explorações, misérias e marginalização, o número de abandono de crianças brancas aumentou drasticamente e a estrutura de apoio já não oferecia mais nenhum tipo de cuidado e nem preocupação com os mesmos. (MARCÍLIO; 1998).

Segundo Silva (2009), já no final da década de 80, o Brasil deu início, ainda que lentamente, a transição de assistencialista para políticas de Assistência Social, feita na redemocratização do Brasil com a nova Constituição de 1998. A nova constituição se torna a força que irá impulsionar as políticas públicas sociais no Brasil, assim como irá direcionar a assistência para pessoas em situação de rua.

No ano de 1993 foi aprovado a Lei Orgânica de Assistência Social –LOAS que diz:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993:1).

Compreendemos como Proteção Social os instrumentos que uma sociedade continue para proteger os cidadãos dessa mesma sociedade, seja por causa natural ou social. Isso incluirá velhice, misérias ou enfermidades. (BRASIL, 1993; 2004; DI GIOVANNI, 1998).

No Brasil, os últimos 40 anos houve uma aceleração no crescimento urbano, resultado da mobilidade da população que fora excluída do acesso ao trabalho e foram migrando para os centros das cidades a procura de trabalho e qualidade de vida. Essa mudança acabou tornando as condições de trabalho precárias. (QUEIROZ; 2009).

2.3 As primeiras entidades e associações no Brasil

Registros apontam que os primeiros movimentos para organização de pessoas na situação de rua foram pela Pastoral do Povo da Rua em 1970, a Pastoral que é uma entidade Católica teve destaque nas cidades de São Paulo e Belo horizonte. (BASTOS, 2003; CANDIDO, 2006).

O desenvolvimento do atendimento a essas pessoas que estavam fora da sociedade, se deu através de estratégias de identificação e abordagem, já que a demanda teve um

aumento expressivo. Belo Horizonte foi à matriarca na mudança dessas iniciativas, por meio do Programa de População em situação de Rua, onde o seu papel era integrar segmentos sociais com o objetivo de discutir políticas públicas com o fim de reverter à exclusão social que sofre esse percentual de pessoas que vivem nessa situação. (BASTOS, 2003; CANDIDO, 2006).

Para fazer o programa dar certo, primeiramente é importante reconhecer quem são essas pessoas, a realidade que elas estão vivendo e os motivos que levaram a elas para aquela determinada situação. Entendendo esses fatores, é mais fácil programar as atividades de apoio buscando a reabilitação dessas pessoas. (GARCIA; 1998).

No ano de 2002, a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte da origem a Saúde da Família, que se torna a primeira equipe em atendimento à população de rua. Logo em seguida, São Paulo que já estava desenvolvendo projetos paralelos, passa a implantar o mesmo sistema de saúde da família.

2.4 “Cinquenta em cinco” e a promessa da mudança de vida.

De acordo com Oliveira (1975), a década de cinquenta foi de extrema importância para o Brasil, haja vista que foi um período marcado pelo desenvolvimento econômico do país. Nesse contexto, a política econômica do Brasil foi marcada com o modelo “50 anos em cinco” de Juscelino Kubitschek. O objetivo dessa política era promover a integração Nacional e a interiorização do país.

Ainda segundo Oliveira (1975), no dia 3 de novembro de 1956 é dado início as obras da nova capital, primeiramente foram construídos abrigos para os operários que vinham de outros estados para a construção de Brasília. Esses Operários que em sua maioria vinham do Nordeste e Centro Oeste do país, eram contratados pelas construtoras responsáveis.

Embalados pelo sonho de Juscelino e com a oportunidade de mudar de vida, muitos carpinteiros, pedreiros e agricultores, saíram de suas casas para tentar o novo, já que as promessas de ganhar dinheiro eram grandes.

Em uma linha do tempo, junto com a construção de Brasília, o estado do Ceará sofre uma grande seca e os trabalhadores precisavam arrumar uma maneira de sobreviver e sustentar suas famílias. (CARDOSO; 2004).

Segundo Oliveira (1975), assim que os imigrantes foram chegando, saía procurando seus familiares que já estava por lá ou partiam direto para o acampamento. A pressa para o

cumprimento da promessa de governo para o término das obras, fazia com que os trabalhadores vivessem em situações precárias e principalmente, fossem vítimas de maus tratos.

Para que o presidente entregasse o governo com as obras finalizadas e a nova sede em Brasília, os trabalhadores estendiam seus expedientes até sábados, domingos e feriados.

Segundo Nonato (2009) os operários das construtoras ao reivindicarem por melhores condições de trabalho, foram violentados pela Guarda de Brasília.

Dia 8 de fevereiro de 1959, domingo, segundo dia de Carnaval, um incidente, conflito ou trucidamento (conforme noticiaram os Jornais da época) um massacre(...)ocorreu no acampamento dos funcionários da construtora Pacheco Fernandes Dantas, durante a construção de Brasília, no governo de Juscelino Kubistchek. (...)A Guarda Especial de Brasília (GEB) reprimiu com violência um motim dos trabalhadores, ocasionando morte (s) e ferimentos. Depoimentos de vítimas sobreviventes contam que o conflito com a GEB foi o ápice da indignação dos trabalhadores quanto aos tratamentos que recebiam na Pacheco Fernandes Dantas. Apesar da razoável remuneração, muitos reclamavam das condições de trabalho, da precariedade da comida, da pressão para trabalho ininterrupto visando cumprir os prazos de entrega. (NONATO, 2009:9).

Os trabalhadores do canteiro de obras começaram a criar alguns conflitos por incompatibilidade dos interesses dos planejadores e dos operários. Juntos para construir uma cidade, a mesma cidade que não incluía os trabalhadores. Segundo Thompson (1998), os pobres possuíam direitos, porém, existiam obstáculos para o seu exercício, dando início ao processo de exclusão.

Segundo Ribeiro (1991), os acampamentos eram usados como forma de evitar que esses operários ocupassem as cidades e ali, criassem raízes. A fundação de Taguatinga é o ponto de partida para consolidação desses operários.

Devemos salientar também, os incríveis avanços que esses operários presenciaram e fizeram parte. A arquitetura Brasileira deu passos largos com os planos arrojados de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Foram encontrados no Congresso Nacional, as etapas do projeto e foi possível observar que as mesmas foram seguidas para as outras obras do governo como o Palácio da Alvorada e Palácio dos três poderes. São essas etapas:

- Anteprojeto – que são desenhos originais feitos em 1957 com alguns detalhamentos e traços de cortes;

- Projeto – São desenhos feitos entre os anos de 1957 e 1960 com mais de 31 versões elaboradas para o pavimento superior do Congresso Nacional;
- Alvenaria – Projetos feitos em 1958 e 1960 com a compatibilização com os projetos complementares;
- Esquadrias – Desenhos detalhados para as esquadrias das fachadas e interiores;
- Detalhamentos – Pranchas com desenhos originais de todos os detalhamentos do edifício.

A principal característica dessas etapas são as definições gerais do partido arquitetônico e dos estudos preliminares.

Quando se trata de arquitetura e urbanismo, lidamos com as expectativas das pessoas em relação a projetos, a espaços, a criatividade. Essas expectativas estão diretamente ligadas à maneira de se relacionar com as pessoas, com os desejos para aquele espaço, suas vontades e principalmente a forma de se relacionar com a cidade em um contexto macro. Desta forma, gostar ou não, vale entender aspectos paralelos e assim, várias expectativas que podemos chamar de:

- Funcionais
- Econômicas
- Bioclimáticas
- Expressivas e simbólicas

Ou seja, Medeiros (2016) explica que gostar ou não se torna simplista, baseado no que deveríamos perceber e entender com relação a como uma cidade e suas edificações afetam positivamente as pessoas.

Ainda Segundo Medeiros (2016), é importante lembrarmos que Brasília é exemplar nos quesitos de planejamento e no desenho urbano, que chamamos que arquitetura modernista. Seu desenho urbano vem de dois eixos, o rodoviário e o monumental que irão formar o Plano Piloto.

Brasília foi marcada como o símbolo da modernização do Brasil, sendo assim, da arquitetura também. A forma do Planalto central, por exemplo, se tornou uma identidade nacional por serem eixos peculiares. Ela é a expressão do civismo, da intensidade, mas também da intenção de aprimorar a arquitetura contemporânea.

As obras de Oscar Niemeyer se destacavam pelo uso certo de formas e o que chamamos de plasticidade escultural. As obras parecem ter continuidade no final de suas linhas, são verdadeiras escultura a céu aberto. Dentre essas edificações, temos os edifícios de Brasília, que segundo Oscar em depoimento, a sua carreira estafa passando por uma “Procura de concisão e pureza”. (NIEMEYER, 1958 apud XAVIER, 1987).

No processo de mudança, podemos ver uma redução de elementos, produzindo assim uma arquitetura onde a simplicidade no número de ornamentos se tornaram a própria monumentalidade. (MULLER, 2003).

Minha obra de arquiteto começou em Pampulha, que cobri de curvas, sensuais e inesperadas. Era o início da liberdade plástica que o concreto armado exigia. Depois veio Brasília, e exaltei as estruturas, nelas inserindo a arquitetura. E, ao terminar as primeiras, arquitetura e estrutura estavam presentes como duas coisas que devem nascer juntas, e juntas se enriquecer. (NIEMEYER, 2000, pag. 248).

Segundo Fonseca (2007), o trabalho de Oscar Niemeyer é estudado em publicações nacionais e internacionais, porém, são poucos os engenheiros que relatam sobre as realizações tecnológicas que acompanharam o trabalho do mesmo.

De acordo com Vasconcelos (1992), a Capital do Brasil foi um acontecimento marcante na engenharia e na arquitetura mundial, lamentando o “desprezo” pela história da engenharia Estrutural de Brasília. Porém, a falta de estudos nos deixa a par de outra problemática, uma grande parte das edificações históricas no país não possuem registros.

2.5 Conceitos de Vulnerabilidade Social

De acordo com Figueiredo (2015, p.11) a terminologia mais utilizada é População em Situação de Rua (PSR), condição considerada não pela situação particular e provisória, mas como consequência de uma situação a que muitos trabalhadores são conduzidos, em decorrência das desigualdades sociais e da elevação dos níveis de pobreza produzidos pelo sistema capitalista.

A vulnerabilidade é uma característica que indica uma posição de fraqueza, insegurança, fragilidade, instabilidade. A vulnerabilidade social é definida como o estado vulnerável de um indivíduo, família ou conjunto social, no que se refere a sua capacidade de controlar as forças que influenciam no seu bem-estar, ou seja, posse ou controle de ativos que constituem os recursos promovidos para o aproveitamento das oportunidades dadas pelo Estado, mercado ou sociedade. (BRASIL, 2007, p. 16).

De acordo com OGG (2014, p. 21 apud SILVA, 2006, p.43), a população que vive na rua é a principal referência do estado vulnerável de um indivíduo, sendo cidadãos que fazem parte de um sistema excludente, os quais parecem dispensá-los de uma vida produtiva em sociedade. Viver nas ruas em geral não pode ser associado a um fator isolado (como por exemplo, o desemprego), é uma série de fatores como perdas sucessivas, acúmulo de frustrações, falta de possibilidades, falta de amparo ou de programas que possibilitem as ações de planejamento social, causando uma frustração emocional.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada o Brasil tem mais de 100 mil pessoas em situação de rua, isso baseado em dados de 2015, o pesquisador Marco Antônio Carvalho Natalino propôs a contagem dessa população no Censo de 2020, fazendo com que o governo federal incentive as gestões municipais a conhecerem as pessoas que estão em situação de rua. (BRASIL, 2017).

2.6 Caracterização da população em vulnerabilidade social

Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada de 2008 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 71 municípios brasileiros, totalizou quase 31,922 mil pessoas em situação de rua, sendo a maioria do sexo masculino, de 25 a 44 anos de idade, na grande maioria sabem ler e escrever, cerca de 24% são analfabetos, aproximadamente 70% são trabalhadores e tem sua atividade remunerada, parte dessas pessoas são originárias do municípios ou região onde se encontram. (CERQUEIRA, 2011, p. 14).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua é definida pelo Decreto Presidencial nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que define essa população como:

Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Segundo CERQUEIRA (2011, p.15), as principais causas pelas quais essas pessoas se encontram nessa situação de rua são: alcoolismo, drogas, desemprego e desavença familiar. A maioria dorme nas ruas e apenas 30% busca abrigos.

De acordo com o MDS, essa população também se caracteriza:

Pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e área degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Fazendo parte da desigualdade social cada uma dessas pessoas tem sua história e trajetória diferentes e perturbadas, como problemas familiares, químicos, pelo preconceito e falta de condições dignas de sobrevivência, causando sofrimento mental, perdas sucessivas, acúmulo de frustrações ao longo do tempo, muitas dessas pessoas optam por morar nas ruas. A reintegração à sociedade e ao mercado de trabalho é difícil para essas pessoas, os tornando desesperançosos e sem perspectivas de reintegração à sociedade.

Devido essa desigualdade social, essas pessoas passam por discriminações, são impedidos de entrar em transportes coletivos, rede de saúde, entre outros órgãos públicos. A grande maioria não possui documentos de identificação e não possuem o direito constitucional de votar. (OGG, 2014, p. 21).

2.7 Pessoa em Situação de Rua e o Preconceito

São diversas as formas de preconceito e discriminação que as pessoas em situação de rua sofrem. “As pessoas que estão vivendo nas ruas estão em pobreza extrema e a sociedade em geral, tende a criminalizar a pobreza e a explicitar os preconceitos.”

Nas sociedades pré-industriais, marca o início do fenômeno população em situação de rua, com a saída dos camponeses de suas terras e a vinda dos mesmos para os grandes centros. Nessa situação, constata-se que preconceito foi estabelecido a partir do momento que essa parcela da população passou a serem chamados de vagabundos, pedintes, ladrões e outros termos que ainda hoje são usados para se referir a esse tipo de pessoa. (OLIVEIRA; 2011).

As dificuldades encontradas pela população em situação de rua vão além das questões relacionadas à humilhação e desrespeito, temos que entender que essas pessoas são impedidas de usufruírem dos seus direitos sociais, o que agrava ainda mais a desigualdade social. “O preconceito torna-se, portanto, uma espécie de barreira que faz com que o indivíduo se sinta intimidado a exercer seu direito de ir e vir, de efetuar transações bancárias, de consumir e até mesmo de procurar serviços de saúde”. (FRAGA; 2001).

A situação é ainda pior em alguns estados brasileiros, onde esses indivíduos passam por práticas higienistas, que tem como finalidade de eliminar o “problema” com o uso de métodos como violência, massacres e extermínios. (BESSA; 2009).

2.8 A Psicologia e as pessoas em situação de rua.

Para entender melhor o vínculo entre as mesmas, é necessário entender a origem da palavra Psicologia, que é a ciência que estuda o comportamento as pessoas e sua capacidade de assimilar os processos mentais. É uma palavra proveniente do grego psykhe (alma), logos (estudo, razão ou conhecimento). (SABERNA; 2003).

Dessa forma, a psicologia é a disciplina que estuda as atividades mentais e comportamentais em função do meio que ela está inserida. É uma ciência que trata o comportamento humano em suas relações com meio físico e social.

As contribuições psicológicas estão diretamente ligadas à atenção as pessoas, e quando se tratamos de pessoas em situação de rua, essa atenção tem um desafio muito maior, estabelecer vínculos com pessoas que estão a possíveis anos sem nenhum vínculo afetivo, ou auxílio se torna extremamente complexo.

Ver além do que olhos humanos podem enxergar cicatrizar feridas internas, encorajar a voltar a viver, são vários os desafios a serem vencidos.

Ainda segundo o Psicólogo Lanceloti (2012), relata a seguir o desafio que é entender esse determinado grupo de pessoas e suas particularidades.

A população em situação de rua desafia nossa capacidade de aceitação e convivência. Os que mais necessitam, os que estão em situação de maior risco, muitas vezes, são os que mais resistem, são também os que mais nos humanizam e preparam para as melhores ações. Vinculação também é escolha, é seleção. Escolhamos, pois, os que nos humanizam e disponibilizam, sem medo. Um bom profissional é em primeiro lugar uma pessoa, que humaniza a vida! (LANCELOTI, 2012 p. 27).

2.9 O labor como fenômeno, visão do sistema sobre o indivíduo.

Desde os primeiros relatos, o trabalho tem se constituído a atividade de maior importância para a sociedade, pois é por meio deste que as pessoas conseguem recursos para atender suas necessidades.

O trabalho foi implantado em uma categoria de extrema importância, haja vista que o homem quando tomou posse da natureza, passou a transforma-la em objetos, esses mesmos

objetos têm como fins, atender as necessidades humanas. Anos depois, o trabalho passou a ser visto como mercadoria, pois o ser humano percebeu que não só os objetos poderiam ser lucrativos, mas também a sua força de trabalho.

É importante ressaltar a importância do trabalho além das necessidades humanas, ele faz parte de uma categoria que estabelece o processo de sociabilidade entre as pessoas. Desta forma, ele pode ser colocado como fundamental para entender o desenvolvimento da sociedade e desta forma, explica acontecimentos que ocorrem em âmbito político, social e econômico. (CARDOSO; 2011).

Desta forma, o surgimento do trabalho serviu para constituir uma categoria de seres humanos envolvidos em um contexto social. Segundo Bulla (2003) A categoria de trabalho se constitui como um elemento que contribui para a construção de relações sociais.

É nesse contexto de relevância que Cardoso (2011) afirma que o trabalho se transformou em objeto de estudo bem consistente, ocupando espaço significativo em análises e debates que procuram compreender como a sociedade funciona e principalmente o indivíduo na vida social.

Nesse mesmo entendimento, o trabalho surgiu como instrumento para entender as necessidades de cada indivíduo, onde o ser se apropria da natureza e a transforma em objetos, porém, isso faz com que se entendam as necessidades dos indivíduos que irão usufruir determinado objeto. Esse estudo, unido com a troca de produtos entre as pessoas faz com que acontece a maior das trocas, é estabelecida as relações sociais. (CARDOSO; 2011).

O trabalho pode ser visto pelo menos sob duas perspectivas. A primeira se refere à relação, observável em qualquer momento histórico, entre o homem e a natureza, transformando-a em algo útil. A ação humana de transformar a natureza para seu próprio proveito implica também na transformação do próprio homem. Tal condição se reconfigura em vários momentos históricos, que se diferenciam, e constitui a segunda perspectiva: a relação social entre os homens. (HELOANI, 2003).

Vendo o trabalho como algo que se constitui dentro de uma sociedade com a finalidade de entender as necessidades da mesma, conseqüentemente irá estabelecer a troca de relações entre um indivíduo e outro, o que comprova que ele tem influência direta no contexto social.

Sendo que:

[...] uma condição básica de toda a história da humanidade, uma vez que uma sociedade não para de consumir nem de produzir, pois as necessidades sociais e as formas de satisfazê-las são produtos históricos, portanto são criadas continuamente e variam de país para país. E mesmo as necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação etc. variam de um país para outro de acordo com as condições climáticas, culturais ou de outra natureza. Como o atendimento das necessidades é feito por meio do trabalho humano, este se torna condição fundamental da vida humana e da história da humanidade. (SILVA, 2009, p. 42).

Dessa forma, Bulla (2003) explica que, a população necessita do trabalho, diante disso ele se tornou uma categoria importante para a sobrevivência das pessoas e para o processo de construção de identidade através das trocas de experiências e sociabilidade.

2.10 Política nacional de Assistência Social (PNAS)

Assistência Social tem função de melhorar a prestação de Serviços à população em situação de rua, proporcionar a inclusão ao Cadastro Único do governo federal, crianças e adolescente no programa de erradicação do trabalho infantil; e no Benefício de Prestação Continuada como também no programa Bolsa Família. Aumentar o número de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP) no país. (KLAUMANN, p. 11).

De acordo com OGG (2014, p.38) a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) criada em 2004, tem como objetivo direcionar as ações do governo, determinando diretrizes, estratégias, princípios e instrumentos para gestão das atividades sociais, proporcionando ideias para a elaboração e concretização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Criado para resolver a Política de Assistência Social a tornando mais competente através de uma organização político administrativa.

Essas pessoas são acolhidas por instituições públicas estatais denominadas CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), responsável pela assistência social básica e os CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) oferecem serviço de proteção especial de média complexidade. (OGG, 2014, p. 38).

A Política Nacional de Assistência Social reconhece que existe uma necessidade de ampliar a assistência a população de rua. De acordo com a própria PNAS “no caso de proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que

possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos”. (PNAS, 2004).

A PNAS tem como princípios:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas rurais;
- V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão. (PNAS, 2004, p. 33).

A PNAS tem ainda a função de atuar no enfrentamento das desigualdades sociais e garantir os direitos de todos os cidadãos, incluindo os que se encontram em situação de rua. (PNAS, 2004). O mesmo descreve os direitos sociais como:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 34).

2.11 Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)

A proteção social é classificada em proteção social básica e proteção social especial, que garante a inclusão de pessoas em vulnerabilidade ou risco através das redes de proteção social local. Essa classificação é organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que classifica os tipos de atendimentos a população de rua pelo grau e tipologia de necessidade a ser atendida (OGG, 2014, p. 39).

O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros (MDS, 2015).

Criado pela deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), consolidado em 2005, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil (MDS, 2015).

2.12 Conceituação e surgimento do Centro de integração

Mais conhecidos como abrigos, os centros de integração a pessoa em vulnerabilidade social também são chamados de acolhimento institucional, sendo oferecido por diversas instituições governamentais e não governamentais, como abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, república, albergue, casa de convívio/centros pop e acolhimentos institucionais.

MDS (2015) classifica essas instituições de acolhimento como:

Acolhimento provisório com estrutura para acolher pessoas e grupos familiares com privacidade. É previsto para pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentarem[...]Pode ser ofertado nas seguintes unidades:

Abrigo institucional: semelhante a uma residência, com limite máximo de 50 (cinquenta) pessoas por unidade e de 4 (quatro) pessoas por quarto.

Casa de passagem: Destinada a receber no máximo de 50 (cinquenta) pessoas, caracteriza-se pela oferta de acolhimento imediato e emergencial, distingue-se por ter um fluxo mais rápido, uma vez que recebe indivíduos em trânsito, com uma permanência máxima de 90 dias.

Para ter acesso a essas instituições basta se encaminhar ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do Serviço em Abordagem Social, Centro Pop e demais serviços e políticas públicas, além de demanda espontânea. (MDS, 2015).

As primeiras organizações de pessoas em situação de rua ocorreram com os movimentos feitos em 1970 e 1980 nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte em destaque, pela Pastoral do Povo da Rua, instituto da Igreja Católica. O movimento religioso visava implantação de casas de apoio para essas pessoas em situação de rua. (OGG, 2014, p.36, apud BASTOS, 2003; CANDIDO,2006).

Segundo o OGG (2014, p. 36, apud MDS p. 18) com o aumento expressivo dessa parcela da população foi possível então a identificação e abordagem para o desenvolvimento do atendimento a essas pessoas. Em 1993 em Belo Horizonte o Programa de População em Situação de Rua da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ficou responsável por debater, formar e inserir políticas públicas que reverta essa situação de exclusão social. Políticas responsáveis por colher dados dessa população como os motivos que as levaram a

estar nessas condições, assim buscando instituições que possam dar o suporte necessário para a reabilitação e capacitação técnica dessa população na busca de reintegração a sociedade. Assim em 2002 surge à implantação da Saúde da Família, equipe para atender essa população em situação de rua.

2.13 Centros POP

Criado entre os anos 2012 e 2015 o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), criado a partir do decreto n° 7.053 de 23 dezembro de 2009, voltada para a população em situação de rua, é responsável pela proteção Social especial de média complexidade, oferecendo serviços especializados para pessoa em situação de rua. Também pode ofertar o Serviço Especializado em Abordagem Social. (KLAUMANN, p.12).

O Centro Pop é um espaço de referência para o convívio social e grupal, tendo condições necessárias e acessibilidade em seu espaço físico, como recepção e acolhida inicial; sala para atividades internas e administrativas; sala de atendimento individualizado, familiar ou em pequenos grupos; salas e outros espaços para atividades coletivas com os usuários, socialização e convívio; copa/cozinha; banheiros masculinos e femininos com adaptação para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; higiene pessoal (banheiros individualizados com chuveiros, inclusive); refeitório; guarda de pertences, com armários individualizados. Além desses espaços, a unidade poderá dispor de espaços para guarda de animais de estimação, almoxarifado ou similar, sala com computadores para uso dos usuários, dentre outros (COLIN; GOMES, 2011, p. 12).

2.14 Normativas regentes a população em Situação de Rua

Abaixo, apresenta-se, normativas sobre a atenção à população em situação de rua, em ordem cronológica apresentadas por COLIN e GOMES (2011, p. 10;12):

- 1 Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que garante proteção a população em situação de rua;
- 2 2005: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (2003) – Estabelece critérios de criação de programas direcionados à população em situação de rua, exigindo definições de leis e normas.

- 3 Decreto, de 25 de outubro de 2006, que constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua;
- 4 Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006, do MDS – Cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua. Municípios com mais de 250 mil habitantes.
- 5 Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais
- 6 Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.
- 7 Instrução Operacional conjunta – SNAS e SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010 – que reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- 8 Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010 – Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop e dá outras providências.

A primeira normativa aprovada foi em 2004, regem s proteção e apoia á população em situação de rua, procurando o acolhimento e reintegração a sociedade, garantindo seus direitos e assegurando sua segurança.

2.15 Sustentabilidade na Arquitetura

Um estudo promovido pelo International Council for Research and Innovation in Building and Construction (CIB), que gerou a “Agenda 21 para a Construção Sustentável”, indica a indústria da construção civil como um setor de grande importância para alcançar a sustentabilidade. Segundo este estudo, as construções na União Europeia são responsáveis por mais de 40% do consumo total de energia e estima-se que o setor da construção gere aproximadamente 40% de todo o lixo produzido pelo homem (CIB apud GONZÁLEZ; RAMIRES, 2005). Levando em consideração que todas as atividades econômicas modernas dependem direta ou indiretamente da indústria da construção civil, a correta destinação dos resíduos sólidos da construção civil é uma questão estratégica.

No Relatório Brundtland, conhecido no Brasil pelo título “Nosso Futuro Comum”, publicado em 1987 pela Comissão como um texto preparatório à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco-92), a ideia de desenvolvimento sustentável aparece nos

16 seguintes termos: é aquele “capaz de garantir as necessidades das gerações futuras” (ALMEIDA, 2002).

Haden, Oyler e Humphreys (2009) definem a gestão verde como um processo organizacional amplo que aplica a inovação para atingir a sustentabilidade, redução de perdas, responsabilidade social e vantagens competitivas através da contínua aprendizagem e desenvolvimento, bem como pela adoção de metas e estratégias ambientais que estejam totalmente integradas com as metas e estratégias da organização. Marcus e Fremeth (2009) consideram que o entusiasmo com a chamada gestão verde deriva da expectativa de que os gestores e as organizações possam conduzir seus negócios para proteger o ambiente.

Estima-se que, por ano, no mínimo 33.000 (trinta e três mil) toneladas de resíduos da construção civil são recolhidos no Brasil. No entanto, a Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon) admite que o número possa ser bem maior. O problema dos resíduos é um problema de todos e como tal, deve ser solucionado de forma cooperativa.

A partir da percepção do nível dos desgastes ambientais, faz-se necessário trabalhar um projeto de desenvolvimento global, mesmo que regional, que contemple a dimensão ambiental no sentido de conceber um novo e mais eficaz método de administrar os recursos do ambiente para aquela região (RAMPAZZO, 2002).

2.16 Certificações sustentáveis

A sustentabilidade em edifícios e projetos com registro e certificações sustentáveis no Brasil tem início em 2007 com a primeira ferramenta de certificação ambiental a um empreendimento brasileiro, com a certificação LEED que faz parte das principais certificações verdes presentes além da AQUA.

LEED, ou Liderança em Energia e Design Ambiental, é a certificação ambiental obtida através de estratégias de projeto e construção sustentável para edifícios, através de pontuações que varia de 40 a 110 pontos, gerados a partir de análise de créditos e pré-requisitos, são classificadas em categorias: Certificado, Silver, Gold e Platinum. São oito os pré-requisitos sendo a eficiência energética do edifício um deles, baseia-se no procedimento da norma americana ASHRAE Standard 90.1, que estabelece níveis mínimos de eficiência para a edificação. Os edifícios LEED economizam energia, água, recursos, geram menos

resíduos e apoiam a saúde humana, a certificação se limita ao desempenho esperado do projeto e obra.

A Alta Qualidade Ambiental (AQUA), é um referencial de certificação francês elaborado por Certivea, adequado para o Brasil pela Fundação Vanzolini, em 2007. Passou a ser aplicado no Brasil em 2008, a certificação classifica a obra em três níveis: Base, Boas Práticas e Melhores Práticas. O certificado é estruturado em dois instrumentos principais: o Sistema de Gestão do Empreendimento (SGE), responsável pela organização do empreendimento, e o referencial de Qualidade Ambiental do Edifício (QAE), avalia o desempenho da obra. No referencial técnico do processo AQUA o edifício é avaliado nas fases de programa, concepção, realização e operação e uso, certificando cada fase do processo (HONDA, 2016, p. 83 e 84).

2.17 Automação – O impacto da máquina na vida do homem

O século que estamos vivendo é sem dúvida marcada pelas rápidas transformações. Um dos fatores que auxiliam essa agilidade é chamado de automação. Esse fenômeno que traz consigo a evolução e o progresso, também tem suas consequências, tanto no âmbito social, quanto econômico, como a substituição da mão de obra do ser humano por máquinas, gerando assim outro fenômeno, o desemprego.

Para Cattani (1999), automação pode ser definida como:

“[...] diz respeito a todo instrumento ou objeto que funcione sem a intervenção humana, podendo ser aplicado a qualquer tipo de máquina ou artefato que opere desse modo [...] Atualmente, com a mudança em curso da automação de base eletromecânica para a base eletroeletrônica, passa a ser utilizado o termo automatização, que [...] implica técnicas diversas de coleta, armazenamento, processamento e transmissão de informações [...], materializadas em diferentes tipos de equipamentos utilizados na produção de bens e de serviços”. (CATTANI; 1999).

Sistema emprega processo automático que controla o mecanismo para seu próprio funcionamento, sendo uma opção sustentável capaz de reduzir inúmeros desperdícios de água e luz na obra. Automação consiste em um auxílio em processo com a finalidade de torna-lo eficiente, com um custo mais baixo, com o menor consumo de energia possível para que seja rentável e com a menor emissão de poluentes. (ANTUNES; 2010).

Com esse fenômeno da automação, outros processos de trabalho são criados, a flexibilização substitui a produção em série e o cronômetro, a produção em massa. Conforme

Antunes (2010), “por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica de mercado”.

Não se pode negar que a Automação possui vantagens técnicas, mas essas vantagens de maior produção com o menor número de operários ocasionaram em uma série de demissões no mercado. Desta forma, a Constituição Federal, deixou normas de proteção ao trabalhador em forma de lei.

O artigo 7º da Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê a proteção em face da automação. Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei.

2.17.1 Automação X Sustentabilidade

Se levarmos em consideração que tanto a automação, quanto o desenvolvimento tecnológico geram um aumento da produção e uma redução da mão de obra, devemos analisar a automação como um fenômeno que gera sustentabilidade. Haja vista que o desenvolvimento e crescimento são de suma importância, mas sem comprometer as futuras gerações. (ANTUNES; 2010).

Conciliar o desenvolvimento sustentável e a automação é o novo foco, pois criar um ambiente aonde não venha ocasionar instabilidade para as futuras gerações como à falta de emprego, e a destruição das condições de vida humana se tornou o principal objetivo. (ANTUNES; 2010).

Ainda segundo Antunes (2010) não podemos ver a automação como o mal da sociedade, o Brasil não pode fugir da realidade onde a automação está diretamente ligada ao progresso da economia e ela traz sim benefícios. A automação além de necessária, é útil, caso contrário, o Brasil cairia na pobreza e não teria expressão e nem competitividade no âmbito mundial.

Muitas vezes, a flexibilização foi vista como uma arma contra o trabalhador, haja vista que as leis trabalhistas não são flexíveis, tornando-se impossível qualquer alteração no contrato de trabalho. (BERGER; 2008).

A primeira medida flexibilizatória a ser implementada no Brasil foi à criação do FGTS em 1967, que veio a permitir a dispensa do trabalhador sem justo motivo, sendo que após a Constituição Federal de 1988, a doutrina e a jurisprudência entenderam por revogados os artigos da CLT referentes à estabilidade decenal.

A Constituição Federal estendeu o FGTS no ano de 1998 para todos os trabalhadores rurais e urbanos. Porém, mas um desenvolvimento sustentável, ou seja, desenvolver sem que os trabalhadores não perdessem seus empregos.

Segundo o autor Sussekind (2010):

Faz-se necessário a nosso ver, ampliar-se os casos de flexibilização das condições de trabalho por meio de convenções ou acordos coletivos visando principalmente a preservação do emprego, ainda que com a readaptação do empregado para desempenhar novas funções na empresa.

2.18 Ferramentas sustentáveis

O aspecto mais importante para uma edificação de baixo custo como é o caso do centro de integração a pessoa em vulnerabilidade social, é o bom funcionamento e sua baixa manutenção. Para que isso ocorra, é necessário que seja previsto desde muito antes as soluções que serão adotadas para sanar essas necessidades e incorporar na estrutura da edificação elementos que ajudem a alcançar o resultado almejado. Um projeto arquitetônico bem elaborado é capaz de evitar desperdício de recursos e potencializar os já disponíveis, tomando partido do terreno, clima, materiais e tecnologias.

2.18.1 Steel Frame

Surgiu em meados do século XIX na reconstrução após a Segunda Guerra Mundial como evolução dos perfis de Wood Framing (Perfis em Madeira). Hoje é amplamente utilizado em países desenvolvidos como Estados Unidos, Canadá e Japão, onde 90% das edificações de até 5 pavimentos são executadas no sistema.

O sistema construtivo *Steel Frame* é formado por painéis de paredes unidos por estruturas metálicas de aço zincado e por parafusos auto-brocantes. Esses mesmos perfis de aço zincado fazem o papel de vigas e pilares e podem substituir paredes de vedação cerâmica ou ainda paredes de *drywall*, que possui por sua vez, chapas de gesso acartonado semelhantes ao *steel frame*.

No sistema construtivo *steel frame* é necessário a ligação entre os elementos estruturais, desde o nível de piso até a estrutura do telhado, o que dará um conjunto leve e resistente.

Foram feitas mudanças no processo de fabricação, essas mudanças trouxeram conceitos diferentes e com mais tecnologias, otimizando a qualidade na fabricação do aço, uso de energia e o crescimento da produção em larga escala.

O sistema construtivo permite uma construção energéticamente sustentável (CES), seus benefícios são: o consumo de água durante a obra é muito pequeno, com até 90% menos água, edificação não retém umidade, baixa troca térmica entre ambiente interno e externo, os materiais utilizados no sistema, são durante seu processo de produção menos agressivos ao ambiente e podem ser reciclados em sua grande maioria e diminui mais de 80% o desperdício de materiais.

Os Processos executivos que compõe a construção em *steel frame* são feitos em etapas, essas são as seguintes:

Preparação da fundação e montagem do pavimento térreo;

- Montagem dos painéis do pavimento;
- Montagem das vigas de laje e execução dos painéis do piso superior;
- Início do fechamento externo (por exemplo, chapas de madeira, conhecidas como OSB – orientedstrandboard), com painel constituído de tiras prensadas de madeira reflorestada, montagem da escada e dos painéis do piso superior;
- Execução das lajes úmidas (forma metálica concretada) e seca. Execução dos painéis de cobertura;
- Montagem dos painéis da cobertura, instalação das telhas, execução das instalações elétricas e hidráulicas, instalações dos isolantes térmicos e absorventes acústicos.
- Execução do fechamento interno (por exemplo, painéis de gesso acartonado), instalação das esquadrias.
- Execução do fechamento externo com placa cimentícia, utilizada no revestimento de paredes externas e internas.

Outras vantagens do método construtivo são: o prazo de execução é rápido, flexibilidade (reformas, aplicações, etc), compatibilidade com outras matérias (lajes e painéis de concreto, painéis "dry-wall", entre outros), estrutura leve, precisão construtiva, reciclabilidade e preservação do meio ambiente, onde o aço é 100% reciclado.

2.18.2 Reuso de Água Pluvial e Água Cinza

Tem-se percebido que a cada dia aumenta a demanda de água doce, esse aumento pode ser por conta do aumento da população ou pelo aumento da poluição nas fontes hídricas. As preocupações com os recursos hídricos são crescentes, e isso não se refere somente ao Brasil e sim em uma escala mundial onde a redução do desperdício e o investimento no tratamento das águas se tornaram necessidade.

A fim de racionalizar o uso de água potável, devem ser implantadas estratégias que diminua o desperdício e incentive a utilização racional da mesma, isso se faz através da instalação de equipamentos economizadores e sensibilizadores. Desta forma, a irrigação de jardins, lavagem de pisos ou alimentação de bacias sanitárias podem ser feitas pela água pluvial captada.

A alternativa mais eficaz no reuso de água pluvial é a implantação de Cisternas em residências. De acordo com portal Ecycle (2015) a cisterna, que também é chamada de algibe é um reservatório onde a água da chuva é recolhida e armazenada para o uso doméstico. Este sistema possui diversas vantagens, com destaque para as:

- É uma atitude ecologicamente responsável, pois reaproveita a água da chuva em vez de utilizar o precioso recurso hídrico potável, diminuindo sua pegada hídrica;
- Pode ser instalada em qualquer ambiente: rural ou urbano, casa ou apartamento;
- Representa uma economia de 50% na conta de água;
- Possui diferentes capacidades de acordo com as suas necessidades - desde mil litros até 16 mil litros;
- Ajuda a conter enchentes ao armazenar parte da água que, caso contrário, iria para rios e lagos e diminuir sua quantidade no esgoto;
- Ajuda em tempos de crise hídrica e até está sendo utilizada em áreas do sertão nordestino como forma de combate às secas;
- Pode-se criar uma cultura de sustentabilidade ecológica nas construções, o que poderá garantir uma cisterna em cada casa construída no futuro.

O volume do reservatório de água é muito importante, e depende da área do telhado, do consumo da residência e quanto tempo de seca a região está sujeita (ROTOGINE; 2015).

Conforme Ecycle (2015) o telhado se torna o captador da água da chuva e a mesma é transportada pelas calhas até o seletor que filtrará a água e eliminará as impurezas, após isso, a água é encaminhada até o reservatório.

O aproveitamento da água da chuva é um conceito descentralizado, o que significa que o seu uso é feito no próprio local da captação e a gestão do sistema pode ser feita pelo produtor.

De acordo com portal Ecycle (2015), águas cinza é toda água proveniente de banhos, maquina de lavar roupa e lavatório de banheiros, essa água é descartada com poucos resíduos, podendo assim ser reutilizada para fins não potáveis como a irrigação de jardins, pisos e descargas. Um exemplo simples de como esse reuso tem grande relevância é que para a lavagem de 8 quilos de roupa, são utilizados cerca de 100 litros de água, volume suficiente para dar 16 descargas.

O armazenamento dessa água pode ser por cisternas ou galões coletores específicos para reuso, em superfícies planas e longe de crianças, e é importante que esses reservatórios sejam fechados, para manter o mosquito *Aedes aegypti* afastado. Antes de chegar ao reservatório, passa por um processo de tratamento e depois é direcionada para um reservatório elevado específico, onde distribui para o destino final (descargas e torneira de jardim e pisos).

2.18.3 Energia Solar Térmica

A maior fonte de energia na Terra vem do sol. A energia do sol é essencial para a existência de vida no nosso planeta, sendo o início de processos químicos e biológicos.

De acordo com Lamberts (1997), a eficiência energética é uma característica diretamente ligada a arquitetura, representando o potencial da edificação em “possibilitar o conforto térmico, visual e acústico aos usuários com baixo consumo de energia”. Uma edificação é considerada eficiente energeticamente quando ela oferece as mesmas condições que uma casa de recursos tradicionais com um menor consumo de energia.

O Departamento Nacional de Aquecimento Solar (DASOL) da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (ABRAVA) salientam o problema sobre a crise na energia elétrica e o aumento significativo das tarifas.

O kWh de energia solar térmica tem um custo de cerca de R\$ 0,13 contra o de energia elétrica que é de R\$ 0,55, uma proporção de 4 por 1. E, para que o consumidor se proteja das altas tarifas o DASOL sugere a utilização de energia solar térmica para aquecer a água do banho, torneiras e piscina (RIBEIRO, 2015).

Ao ser utilizado, a energia solar térmico deverá reduzir em torno de 30% o consumo de energia. Segundo Sala (2006) o bom funcionamento desse tipo de energia depende de programações feitas desde a fase projetual.

No esquema do sistema de aquecimento as placas ou módulos são fixados no telhado em orientação norte, que é onde recebe maior incidência solar.

Ainda de acordo com Sala (2006), a caixa d'água irá abastecer o boiler, a água será transportada para a serpentina que fica dentro das placas coletoras, e é lá onde a água será aquecida e posteriormente retornara para o boiler.

2.18.4 Jardim Filtrante

Embrapa (2015), o jardim filtrante é um sistema de filtração, purificação das águas cinzas (esgoto proveniente de pias, tanques e chuveiros, ricos em sabões, detergentes, restos de alimentos e gorduras), permitindo sua reutilização para lavar calçada, irrigação de lavouras, lavagem de pisos e janelas, uso no vaso sanitário, entre outras.

O processo é simples, a água que sai da casa passa por uma caixa de decantação para retenção de resíduos sólidos, depois passa por uma caixa de gordura e pôr fim ao jardim filtrante. O processo de execução do jardim é simples, é feito a impermeabilização com uma geomembrana de EPDM ou equivalentes, brita e areia grossa e plantas aquáticas onde o esgoto é tratado.

O sistema conta com pontos fortes de grande importância como baixo custo de aquisição, fácil manutenção, harmonia paisagística e o mais importante auxiliam na sustentabilidade do meio ambiente.

2.18.5 Conforto Térmico

Segundo Barbirato et al (2007) o clima urbano da mesma forma como no interior de qualquer construção, exerce grande influência no conforto térmico do homem. O conceito de conforto pode ser baseado em vários fatores, como a temperatura do ar, da sua umidade, a velocidade e posição dos ventos e atividade humana a ser exercida. Todavia, critérios e abordagens utilizados para avaliação das condições externas de conforto não podem ser as mesmas para condições internas, pois, na maioria das vezes, as condições externas não correspondem às estabelecidas para as zonas de conforto internas, bem como condições de conforto em espaços externos, as expectativas dos usuários deste ambiente e as respostas

fisiológicas variam de maneira mais evidente às condições sazonais do tempo. (Roaf et al 2009).

2.18.6 Ventilação natural

A ventilação natural é a passagem do vento no ambiente sem que haja ajuda de sistemas mecânicos. O entra e sai por aberturas diferentes, essa movimentação e fluxo do ar são determinados pela diferença de pressão entre as partes internas e externas e resistência oferecida ao fluxo.

A ventilação cruzada ocorre em um projeto ou edificação, suas aberturas se dispõem de forma paralela. Esse tipo de entrada e saída de ar facilitam as trocas de calor, empurrando o ar quente para fora e resfriando o ambiente. Nesse tipo de ventilação, é de suma importância a análise dos ventos predominantes e suas aberturas com um tamanho adequado para o seu bom funcionamento.

As janelas irão direcionar o fluxo de ar, para isso, a definição das aberturas é muito importante. O fluxo de ar é determinado pelo bom posicionamento das aberturas, pois se o vento é direcionado diferente da direção que ele entra no ambiente, esse mesmo ambiente terá sua maior parcela atingida por esse fluxo de ar.

Existem dois tipos de janelas que ajudam a direcionar o fluxo dessa ventilação:

- Pivotantes e dobráveis: Essas janelas irão redirecionar a corrente de ar.

As janelas com pivotantes horizontais possui maior capacidade de ventilação, porém, são inadequadas para edificações com mais andares.

- Correr com duplo deslizamento: Essas não irão redirecionar o fluxo de ar.

Outra forma de renovação do ar quente sem uso de sistema mecânico é feita através do efeito chaminé, onde as aberturas em diferentes níveis podem gerar um fluxo de ar ascendente retirando o ar mais quente através de lanternins, exaustores eólicos e aberturas zenitais. (CHIARELLO , 2006).

2.18.7 Iluminação Natural

Essencial para a vida na Terra, a luz é um fator importante quando se pensa em construir uma edificação de forma sustentável. Seja para garantir uma iluminação adequada, poupar energia elétrica ou tornar o ambiente mais agradável, a luz natural deve ser planejada e aplicada em todos os cômodos. Segundo Bertolotti (2015), a evolução humana ocorreu devido

à exposição à luz natural, incluindo os raios UV, e embora o esgotamento da camada de ozônio cause preocupação, não altera o fato de que a fisiologia humana depende de um certo grau de exposição aos raios UV.

O Brasil é um país que contribui para a aplicação de iluminação natural, já que as temperaturas na maioria dos estados são altas. O conforto visual que a iluminação natural produz é o primeiro benefício importante, pelo fato da luz solar deixa o ambiente mais agradável, gerando uma sensação de bem-estar, outro fator muito importante é a economia de energia elétrica. Segundo a doutora em Tecnologias Energéticas e Ambientais, Claudia Amorim, a energia elétrica usada em edifícios corresponde a 45% do consumo total de energia elétrica do Brasil. “O setor residencial é responsável, aproximadamente, pela metade deste consumo de energia elétrica, sendo a outra metade dividida entre os setores comercial e público”. (AMORIM, 2005).

A importância de se projetar edificações capazes de melhor aproveitar a luz natural vai muito além da economia gerada pela redução no consumo de energia com iluminação artificial. Morar ou trabalhar em ambientes que recebem pouca ou nenhuma quantidade de luz solar pode ser prejudicial à saúde das pessoas, causando problemas como depressão. Recentemente foram divulgados estudos comprovando que a utilização da iluminação natural traz benefícios ao bem-estar dos ocupantes, mas sua ausência pode proporcionar danos à saúde. (DIMAS BERTOLOTTI, 2015).

Uma das formas mais populares de aproveitamento da luz natural é a iluminação zenital, se caracteriza por aberturas localizadas na cobertura da edificação, o que proporciona uma entrada mais uniforme de luz externa. Conforme Coccarelli (2016), esse tipo de recurso é muito utilizado na bioarquitetura, que utiliza ao máximo os recursos naturais na hora de projetar.

Se o objetivo principal da abertura zenital for mesmo a iluminação, a abertura deverá ter cerca de 15% da área do ambiente. Esse limite leva em consideração o controle do aquecimento proporcionado pelos raios solares diretos. Caso a intenção seja a ventilação, a esquadria deve ter 8%, no mínimo, da área. (COCCARELLI, 2016).

A iluminação zenital pode ser feita de quatro formas: átrio, é forma mais utilizada em grandes construções, como shoppings centers, os átrios são aberturas na cobertura que ocupam um espaço central na edificação. Bastante presente em construções históricas, foi muito usado como elemento condutor de luz para o centro dos edifícios. Pode (ou não) ser acompanhado de um domo (cobertura convexa). Os sheds, conhecidos como dentes de serra,

são mais comuns em construções industriais, ao serem aplicados junto a coberturas metálicas. No Brasil, os projetos para este tipo de abertura tendem a ser mais eficazes quando voltados para o sul.

2.19 Acessibilidade

De acordo com o Art. 8º do Decreto Federal Nº 5.296 (BRASIL, 2004), acessibilidade é:

(...) condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo a ABNT (2004) um espaço acessível é o espaço que pode ser utilizado por qualquer pessoa, mesmo aqueles que possuem suas mobilidades reduzidas. “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2004, p.2.).

2.19.1 Piso Tátil

É caracterizado com piso tátil o piso que possui diferença de textura em relação ao piso adjacente. Tem a finalidade de construir uma linha guia perceptível por pessoas portadoras de deficiência visual.

Hoje o mercado fornece dois tipos de piso tátil: piso tátil direcional e o piso tátil de alerta. O piso tátil de alerta é o piso que possui círculos salientes. Sua função é dar o alerta para quem transita pelo trajeto e é normalmente instalado no início e fim de escadas e rampas, elevações de calçadas ou qualquer outro obstáculo que um deficiente visual não conseguirá identificar. A diferença das cores é para auxiliar as pessoas que possuem visão.

O piso tátil direcional serve para dar a direção e orientar durante o trajeto. O excesso deste piso ou a colocação em locais inadequados pode deixar o trajeto confuso e acabar atrapalhando a condução do portador de necessidades.

Os primeiros modelos de piso tátil foram elaborados em meados de 2000 sendo fabricados de borracha, argamassa e concreto. A instalação desse tipo de piso é acima do chão já existente. Os pisos de borracha com argamassa são recomendados em lugares com maior número de movimento.

2.19.2 Barras de apoio para banheiros com acessibilidade – PCD

Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários devem suportar um esforço mínimo de 1,5 KN (Kilo Newton) em qualquer sentido, ter diâmetro entre 3,0 cm e 4,5 cm e estar firmemente fixadas em paredes ou divisórias a uma distância mínima de 4,0 cm da sua borda interna, ou seja, além de posicionadas corretamente, as barras devem ser resistentes para que o usuário as utilize com segurança. Suas extremidades devem ser fixadas, aplicadas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado, buscando evitar acidentes principalmente em caso de quedas ou escorregões. Quando confeccionadas em material metálico, as barras de apoio e seus elementos de fixação e instalação devem ser de material aderente e resistente à corrosão, conforme ABNT NBR 10283 (Revestimentos eletrolíticos de metais e plásticos sanitários – Requisitos e métodos de ensaio) e ABNT NBR 11003 (Tintas – Determinação da aderência).

2.19.3 Rampas

Segundo a ABNT, rampa é a “inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminamento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%. ” As rampas mal dimensionadas prejudicam a mobilidade dos usuários, para que não aconteça deve-se garantir: revestimentos de fácil limpeza e conservação, uniformes, com juntas e mecanismo antiderrapantes, patamares no início e final de cada segmento de rampa, com 1,20 m de comprimento, no sentido do movimento, inclinação transversal de no máximo 2%. As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos, para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso.

$$\text{Cálculo: } i = h \times 100$$

Onde: c

I é o percentual de inclinação (5%)

h é a altura a vencer

c é o comprimento da rampa (metros)

Figura 1 Dimensionamento de rampa

Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Número máximo de segmentos de rampa
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	5,00 (1:20) < i ≤ 6,25 (1:16)	Sem limite
0,80	6,25 (1:16) < i ≤ 8,33 (1:12)	15

Fonte: Projemak (2016).

A largura das rampas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m. Quando não houver paredes laterais as rampas devem incorporar guias de balizamento com altura mínima de 0,05 m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa e na projeção dos guarda corpos.

As rampas ainda precisam ter sinalização com piso tátil para deficientes visuais, corrimão duplo e piso antiderrapante. Todos esses itens também são regidos pela NBR 9050. Apesar de ter um custo de construção, que muitas vezes afugenta principalmente os comerciantes, as rampas de acesso precisam ser cada vez mais incluídas nos projetos arquitetônicos, e a sociedade precisa ter a consciência de que a cidadania é para todos. Um espaço acessível, além de socialmente correto, atrai um público que só quer uma coisa: conseguir se locomover com a maior autonomia possível.

2.20 Pisos Adequados

De acordo com o Ministério da Saúde, portaria n ° 810, de 22 de setembro de 1989 “os revestimentos dos pisos devem ser preferencialmente monocromáticos e de material de fácil limpeza e antiderrapante, nas áreas de circulação, banheiros, refeitórios e cozinha”. Os pisos devem estar em harmonia com seu entorno, não apresentar desníveis, usar materiais e padrões apropriados a circulação de pessoas e estabelecer uma rota acessível aos pedestres que nele caminham. Para atender a essas necessidades, precisam oferecer, entre outras qualidades, uma superfície regular (sem buracos), antiderrapantes e sem obstáculos. Nos espaços destinados à higiene, normalmente sujeitos a pisos molhados, são necessários cuidados com textura e contrastes, além de apoios adaptados para cada finalidade, tais como junto ao equipamento sanitário, que o auxiliarão, também, em movimentos de flexão do corpo, obtendo as seguintes condições: Superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob

qualquer condições, eventuais rugosidades da superfície não pode provocar vibrações em cadeiras de rodas, macas e outros equipamento de locomoção.

2.21 Ergonomia para Cadeira de Rodas

A ergonomia é definida pela Internacional Ergonomics Association (IEA, 2000) como a disciplina que lida das interações entre o ser humano e outros elementos de um sistema e que aplica teorias, princípios, dados, métodos a projetos que visam otimizar o bem-estar humano. Ela se baseia nas disciplinas como antropometria, fisiologia, psicologia e sociologia, entre outras. As cadeiras de rodas são dispositivos ortopédicos usados por portadores de necessidades especiais para seu transporte. Sua prescrição baseia-se em informações ergonômicas complexas, a partir de dados antropométricos fundamentais para a adaptação do usuário a cadeira. Para a ABNT (2002) os elementos básicos de cadeira de rodas são o sistema de suporte do corpo, sistema de deslocamento, rodas e estrutura. O sistema de suporte do corpo caracteriza-se pelas partes da cadeira que diretamente suportam ou que contém o corpo do usuário. É essencial que a cadeira de rodas seja corretamente prescrita, para satisfazer as necessidades do paciente, com apoio, tamanho correto, conforto, segurança e independência máxima (SCOTT, 2006). A NBR 9050/2004 possui um item que especifica, para diferentes situações, a largura necessária para o deslocamento em linha reta de pessoas em cadeiras de rodas.

A norma técnica demonstra a largura necessária para o deslocamento em 3 situações: a) Um cadeirante: 0,90 m; b) Um pedestre e um cadeirante: 1,20 a 1,50 m; c) Dois cadeirantes: 1,50 a 1,80 m.

Quando essas dimensões não são respeitadas, o fluxo de pessoas fica comprometido, podendo gerar transtornos e constrangimentos para cadeirantes e andantes. Área para manobra de cadeiras de rodas sem deslocamento:

- Para rotação de $90^\circ = 1,20 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$;
- Para rotação de $180^\circ = 1,50 \text{ m} \times 1,20 \text{ m}$;
- Para rotação de $360^\circ = \text{círculo com diâmetro de } 1,50 \text{ m}$

Podemos entender que as barreiras, como degraus, buracos, calçadas irregulares, enfim, lugares com barreiras técnicas prejudicam e impedem que um cidadão utilize de forma plena o ambiente onde vive. Dentre as pessoas em desvantagens, os idosos se apresentam como um público significativo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa sessão são abordados os procedimentos metodológicos que foram escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa a fim de alcançar os objetivos propostos.

3.1 Tipo de pesquisa

O objetivo do estudo foi descritivo proporcionando maior familiaridade com o tema, expondo características de uma determinada população por meio de levantamento bibliográfico e estudos de casos. A abordagem qualitativa de pesquisa analisa o exame da natureza, do alcance e interpretações possíveis para o tema estudado, assim para Bonat (2009, p. 12) a pesquisa qualitativa não se baseia em contagens ou descrições mais sim a essência da teoria, se baseando principalmente na profundidade, produção de conhecimento e plenitude, buscando a essência do assunto, estudando assim a bagagem cultural, modo de vida, valores religiosos, morais e éticos do fenômeno estudado.

3.2 População e amostra

Na realização do trabalho não foi possível analisar todos os centros de integração destinados à pessoa em situação de rua, foram escolhidos projetos com métodos que mais se pareciam com a elaboração do projeto.

Quatro estudos de caso foram escolhidos, sendo a maioria internacional devido à disponibilidade de estudos, que permitiu analisar estrutura, serviços e colaboração com a sustentabilidade.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados se deu através de estudos de casos de centros de recuperação a pessoas em situação de rua com base no conforto termo acústico da edificação e seus serviços fornecidos a essa população. Serão realizados questionários direcionados para aferição de dados no intuito de alimentar a pesquisa.

Auxiliando na elaboração de um projeto para a cidade de Sinop/MT buscando o baixo custo da edificação, visando à sustentabilidade, por meios como o reuso da água, economia de energia e reciclagem.

Os estudos de casos utilizados para a elaboração de projeto foram três internacionais localizados no Estados Unidos, na Califórnia, na Espanha e um nacional no Brasil. Em cada estudo buscou-se um empreendimento de baixo custo que atenda às necessidades dos usuários, analisando os métodos construtivos aplicados que colabore com o meio ambiente, priorizando o conforto termo acústico e os meios sustentáveis.

4 ESTUDO DE CORRELATOS

A pesquisa bibliográfica secundárias se desenvolve em duas etapas: a primeira apresenta o contexto histórico, conceito, caracterização, normativas e influencias como labor e a psicologia para a população em situação de rua. Ainda nessa etapa é feito um estudo sobre a sustentabilidade e suas ferramentas, conforto térmico e acessibilidade. Na segunda etapa é apresentado os estudos de caso que junto as pesquisas anteriores irão auxiliar no projeto para atender as necessidades necessárias dos usuários. Nesse estudo, serão apresentados quatro tipos de bibliotecas comunitárias. Sendo três bibliotecas internacionais, uma localizada no Estados Unidos, outra na cidade de São Luis Obispo, na Califórnia e uma na Espanha e a nacional no Brasil, na cidade de Cuiabá.

4.1 La Casa – Washington, DC, EUA

Habitação permanente para sem tetos La Casa está localizada na capital dos Estados Unidos, projetado em 2014 pelo escritório de arquitetura Studio 27 e Leo a Daly, o abrigo tem 2728.0 m², com capacidade de 40 unidades com ocupação individual, com cuidados em tempo integral.

O primeiro com conceito de habitação para a comunidade sem teto na cidade, projetado de forma funcional e potencializando os recursos naturais, com janelas que dispostas do chão ao teto, priorizando iluminação e ventilação natural, sua simplicidade funcional está presente na habitação conjugada, possuindo cozinha, banheiro e sala. O interior de cada apartamento foi pensado para ser durável com pisos de concreto aparente e bambu, matéria prima sustentável, bancadas em resinas, provenientes de latas de alumínio recicláveis. O projeto “La Casa” está em procedimento para obter o selo LEED Gold, para certificar que a construção é totalmente sustentável.

Figura 2: Habitação



Fonte: Archdaily. (2015)

Figura 3: Recepção La Casa



Fonte: Archdaily. (2015)

A escolha por este projeto se deu pelo conceito de um ambiente conjugado, trazendo o conceito de habitação individual dentro do conjunto de habitação coletiva e na preocupação em buscar uma sustentabilidade parcial a partir dos recursos naturais.

4.2 CapsloHomeless Center – São Luis Obispo

O Centro CAPSLO fica na cidade de São Luis Obispo, na Califórnia e foi projetado pelo escritório local Gwynne PughUrban Studio. O Centro possui uma área total de 26 mil metros quadrados e a edificação tem capacidade para abrigar 200 pessoas, distribuídos entre

homens, mulheres e crianças. A organização auxilia os moradores na obtenção de emprego e moradias adequadas.

Figura 4: *CapsloHomeless Center.*



Fonte: Archdaily. (2011)

O projeto possui além dos leitos de habitação, atendimento hospitalar com a finalidade de realizar exames médicos, psiquiatria e psicologia, salas comunitárias para desenvolvimento de atividades, escritórios com computadores, espaço de convivência e dispõe de um canil para animais de estimação. O design geral é estruturado em torno de uma coluna central que orienta a organização da programação e distribuição de serviços de acordo com as direções cardeais, pensando na privacidade dos moradores e sua interação com o externo do edifício.

Figura 5: Sala multiuso



Fonte: Archdaily. (2011)

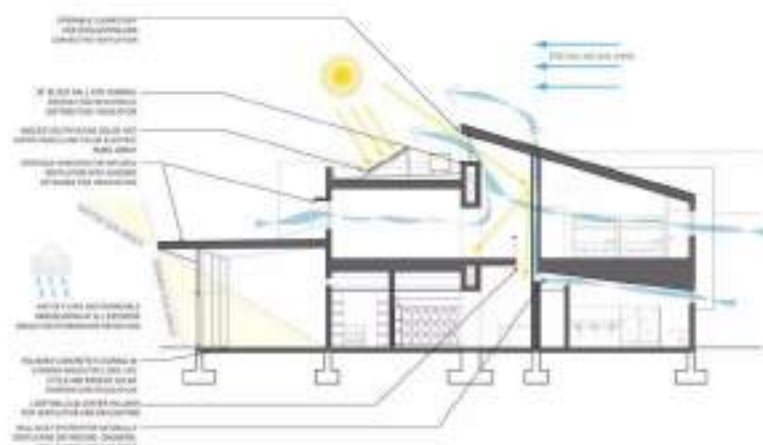
Figura 6: Área externa



Fonte: Archdaily. (2011)

A Obra foi projetada pensando nos recursos naturais como o uso de placas solares para captação de energia solar, ventilação natural, paredes de bloco para isolamento térmico e distribuição mecânica, janelas operáveis para ventilação natural com sombreamento otimizado a partir da orientação, brise com angulação para o sol do verão e do inverno, flora nativa e hardscaping³ permeável em todas as áreas externas para retenção de águas pluviais, piso de concreto polido em áreas comuns para ciclo de vida longo e regulação da temperatura solar passiva, corredor central para ventilação e luz do dia, sistema de duto de parede para ventilação natural em banheiros e áreas de lavanderia.

Figura 7: Estratégias Sustentáveis



Fonte: Archdaily. (2011)

³ “O Hardscape consiste nos elementos não vivos do paisagismo, como um pátio de tijolos, um muro de pedra ou um caramanchão de madeira”. (DAVID BEAULIEU, 2018).

O edifício tem uma disposição horizontal no terreno o que gera uma forma simples e sem impactos visuais. Isso torna o projeto acessível e convidativo para os usuários, uma vez que perde o aspecto de confinamento e produz uma sensação de abertura ao público.

A escolha por esse projeto se deu pelo mesmo ter outros atrativos e não ser somente um albergue. Sua estratégia sustentável visando um baixo custo e manutenção a obra e a opção de canil com certeza chama a atenção, assim como o centro de convivência e escritórios com computadores.

4.3 Shelter Home - Pamplona – Espanha

O Projeto Shelter Home foi elaborado pelo escritório Javier Larraz Arquitectos e fica localizado na Espanha, mais precisamente na cidade de Pamplona. O partido desse projeto é uma caixa, a mesma tem a finalidade de proteger as pessoas do interior dos olhares externos e deixá-los mais confortável.

Figura 8: Shelter Home



Fonte: Shelter Home (2010)

Sua ocupação do terreno é racionalizada e possui uma arquitetura modular, discreta e com continuidade.

No centro da edificação ficam localizadas as instalações e a área de serviços, já as oficinas e pontos de convivência estão localizados na parte exterior, já com a intenção do aproveitamento maior da luz natural e ventilação.

Para pessoas que precisam de maior tempo de permanência no complexo, existem cerca de dezoito quartos duplos, que ficam localizados no primeiro pavimento com quatro instalações sanitárias e um local para desenvolvimento de oficinas.

O Shelter Home possui espaços para dois grupos diferentes de pessoas, os de estadia média para pessoas sem moradia e os dormitórios para usuários. Os usos são simultâneos por esses dois grupos, porém, a arquitetura foi pensada para que eles não tenham interferência entre eles, compondo duas entradas distintas.

Figura 9: Projeto do Pavimento Térreo



Fonte: Shelter Home (2010)

Figura 10: Projeto primeiro pavimento



Fonte: Shelter Home (2010)

De acordo com o Arquiteto, esse foi um projeto elaborado com a intenção de satisfazer além das necessidades de abrigo para essa parcela da população, ele foi pensado para mudar hábitos e melhorar a qualidade de vida desse grupo excluído pela sociedade, grupo o qual, possui as maiores necessidades e necessitam de suportes que vão muito além de apenas um abrigo.

O Shelter Home veio para cumprir uma função social, oferecendo abrigo, alimentos, em troca do cumprimento de suas tarefas diárias como limpeza, lavagem, jardinagem e dentre outras atividades que mantém a edificação habitável e limpa.

Figura 11: Iluminação natural



Fonte: Shelter Home (2010)

A escolha dessa edificação foi justamente pelo cunho social de fazer com que essas pessoas utilizem do espaço, mas também fiquem responsáveis por ele. Isso faz com que eles que já estão psicologicamente frágeis, possuam uma atividade e se sintam capazes de realizar uma tarefa. Outro motivo foi pelo projeto ter uma grande eficiência energética.

4.4 Albergue Manoel Mirágua – Cuiabá/MT

O Albergue de apoio Manoel Mirágua fica localizado na cidade de Cuiabá/MT no bairro Borda da Chapada. Com 3 dormitórios coletivos masculinos, com 14 leitos e 1 dormitório feminino com 8 leitos. O albergue tem capacidade para atender 50 pessoas, que recebe atendimento básico de higiene, refeição e repouso, bem como o atendimento social e

psicológico como acolhimento, triagem e encaminhamento para benefícios sociais e mercado de trabalho.

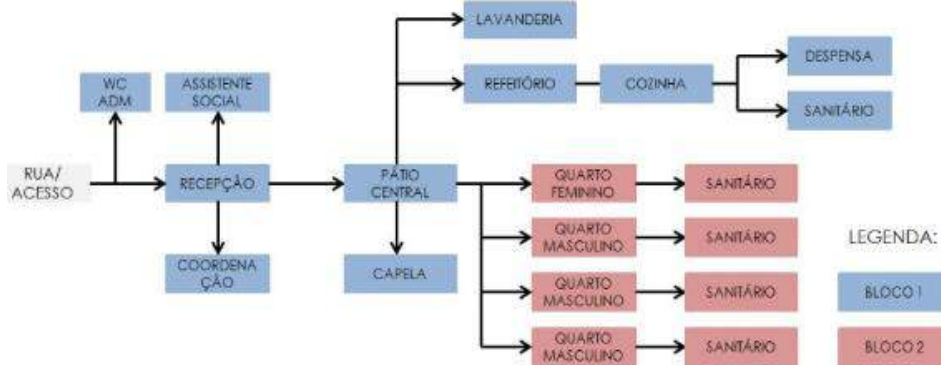
Figura 12: Albergue Manoel Mirágua.



Fonte: Google Maps (2017) – Editado pelo autor

Imagem do complexo dividido em dois blocos. O bloco denominado como 2 são os dormitórios e seus respectivos sanitários. Já o bloco denominado como 1 foi destinado para áreas sociais de integração e serviço. Como mostra o fluxograma a seguir:

Figura 13: Fluxograma Manoel Mirágua.



A escolha do complexo foi por ser implantado nele, diversos programas sociais que auxiliam essas pessoas em situação de rua a se sentirem melhores com sua autoestima, saúde física e mental, além de ser instalado na cidade de Cuiabá, o que se torna algo dentro da realidade do nosso estado.

5 O PROJETO

5.1 Localização

Figura 14: Localização do terreno



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

O terreno escolhido para a elaboração do projeto do Centro de Integração a pessoa em vulnerabilidade social é no setor comercial quadro 85, na cidade de Sinop, ponto estratégico, próximo a hospitais, escolas, órgãos e espaços públicos, clinicas e mercados. Onde se encontra a maior concentração de pessoas em situação de rua, nas praças e calçadas, vivendo em situações precárias. A cidade tem carência de um local de apoio para essas pessoas, conta com locais de apoio para usuários, mais nada específico para pessoas que pouco motivos diversos encontra-se nas ruas. No mapa da cidade consta a rua dos imbes como podemos analisar na imagem a seguir (figura 15), respeitando a projeção o terreno escolhido abrange somente a quadra 85.

Figura 15: Planta de Situação terreno



Fonte: Elaborado pelo autor

5.2 Topografia

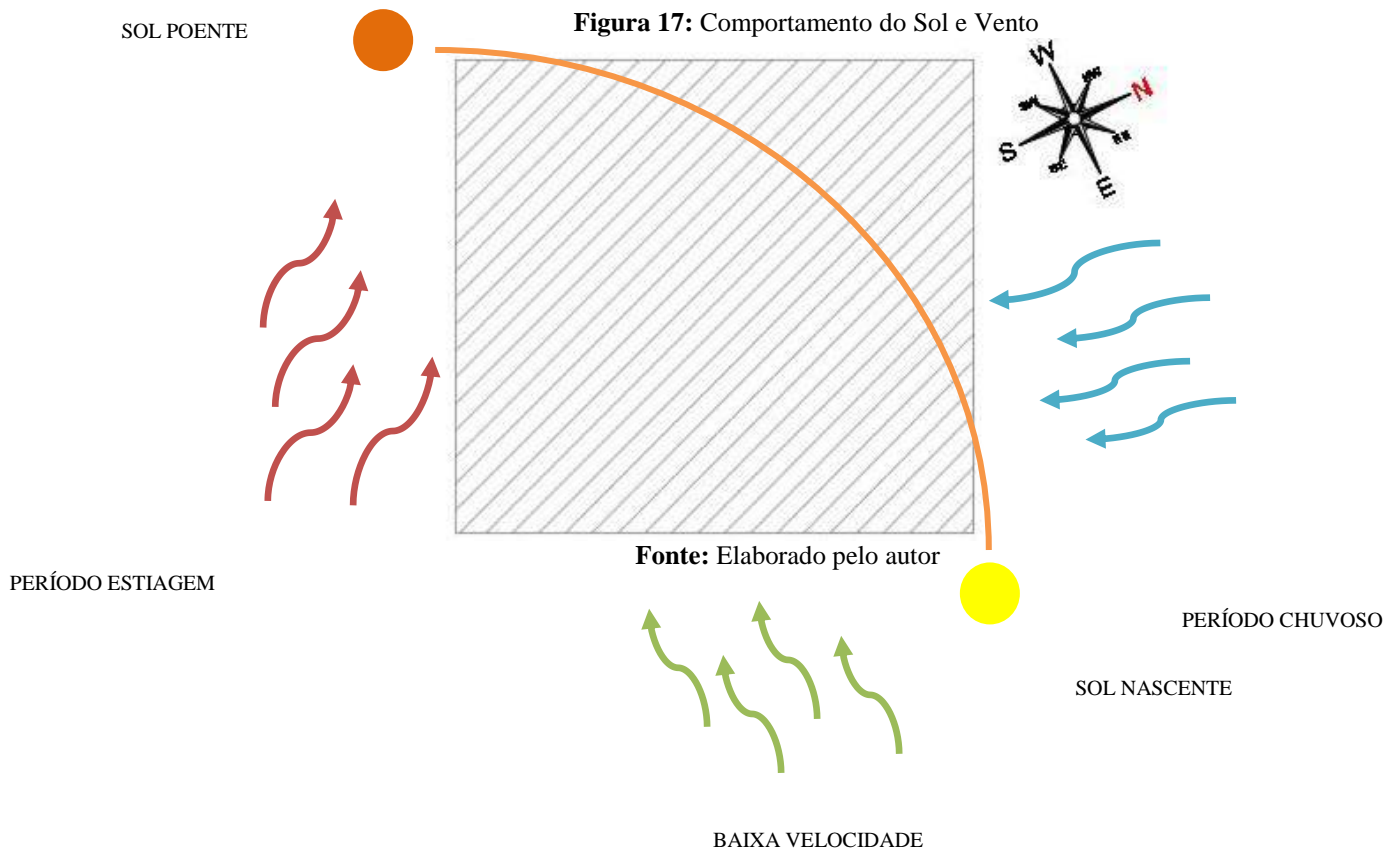
O terreno escolhido tem sua topografia plana, característica comum parte da cidade de Sinop/MT. Não contem calçada e arborização, somente iluminação pública, rede de esgoto e água encanada.

Figura 16: Topografia terreno



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

5.3 Orientação solar e comportamento do vento no terreno



O sol nasce confrontante com os lotes 07 a 12 de acesso à avenida das itaúbas e o sol poente com os lotes 01 a 06 acesso à rua das grevíleas. O vento do período chuvoso tem direção noroeste e do período de estiagem vem da direção sudeste, sendo que durante todo o ano em baixa velocidade o vento tem direção leste. De grande importância análise, pelo clima tropical da região, a estação seca é quente, úmida e de céu parcialmente encoberto. Ao longo do ano, em geral a temperatura varia de 18 °C a 36 °C e raramente é inferior a 16 °C ou superior a 39 °C.

5.4 Direção das vias

As vias de acesso ao terreno têm variação de fluxo, sendo as vias da avenida das itaúbas a de maior fluxo, a rua das caviúnas de fluxo intermediário e a de menor fluxo a rua das grevíleas.

Figura 18: Direção das vias ao entorno do terreno

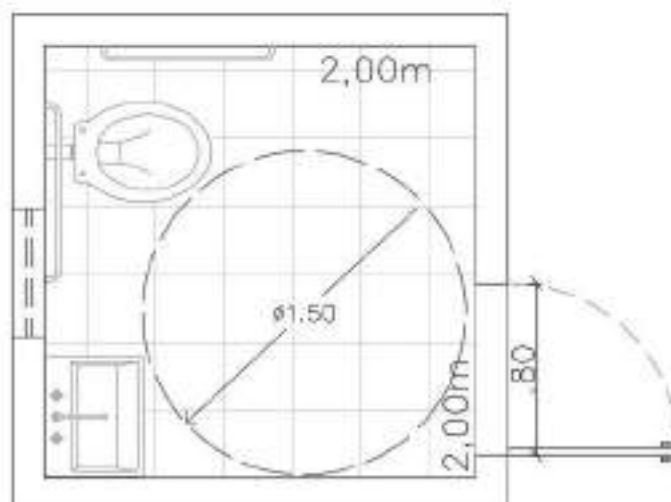


Fonte: Elaborado pelo autor

5.5 Acessibilidade

Baseado nas normas da ABNT NBR 9050/2015, o projeto respeita as acessibilidades necessárias para uso igual de todos, com rampas de acesso, piso tátil, lofts (dormitórios) e banheiros PCD (portadores com deficiência), largura dos corredores e vagas de estacionamento, seguindo as medidas que a norma exige.

Figura 19: Modelo de uns dos banheiros PCD



Fonte: Elaborado pelo autor

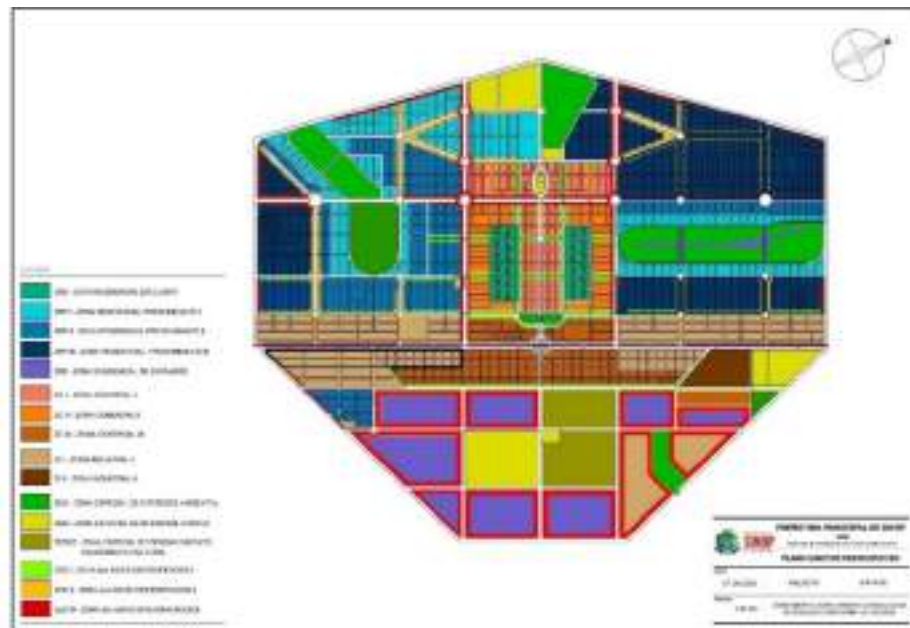
5.6 Parâmetros urbanísticos

Figura 20: Tabela de parâmetros urbanísticos da cidade de Sinop-MT

ANEXO VII														
QUADRO I														
PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NA MACROZONA URBANA														
Zonas	Usos permitidos	Altura máxima (pavimento)	Dimensões mínimas dos lotes internos			Dimensões mínimas dos lotes de esquinas			Coeficiente de Aproveitamento (CA)			Ocupação Máxima (TO)	Taxa de Permeabilidade Mínima	
			Testada	compr.	Área	Testada	compr.	Área	Mínimo	Básico	Máximo			
ZR	ZRR	2	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,15	1,34		67%	20%	
	ZRP I	2	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,15	1,34		67%	20%	
	ZRP II	4	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,15				20%	
	ZRP III	8	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,20	(*1)		(*1)	(*1)	
	ZRE	15	12	30	360 m ²	15	30	450m ²	0,20		4,00			
ZC	ZC I	4	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,20			(*1)	20%	
	ZC II	8	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,20	(*1)			20%	
	ZC III	4	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,25				20%	
ZI	ZI I	2	20	40	800m ²	25	40	1000m ²	0,20	3,30		70%	20%	
	ZI II	4	30	50	1500m ²	35	50	1750m ²	0,20	2,00		60%	25%	
ZED	ZED I	10	12	30	360m ²	15	30	450m ²	0,25	3,30	4,00			
	ZED II	12	14	30	320m ²	16	30	480m ²	0,25	3,50	4,00	(*1)	(*1)	
	ZED III	15	14	32	448m ²	16	32	512m ²	0,30	3,75	4,00			
ZE	ZEIS II	8	10	16	160m ²	10	16	160m ²	0,20	(*3)		(*3)	25%	
	ZEIA	2								0,10			5%	75%
	ZEIU	4							0,15	2,00	(*3)		40%	30%
	ZEITUR	2	100m	500m	50000m				0,01	0,10	(*3)		5%	60%
	ZEDEC	4							0,15		(*3)		40%	30%

Fonte: Plano Diretor de Sinop-MT

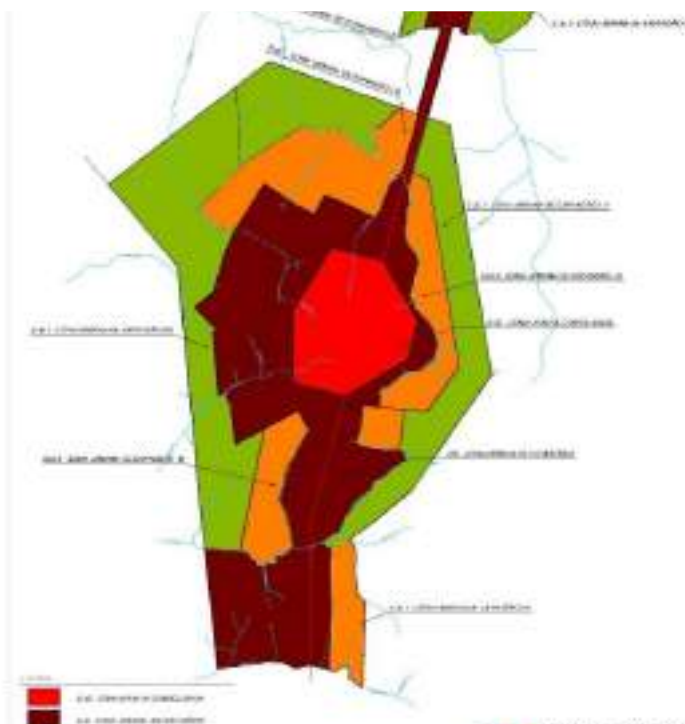
Figura 21: Mapa do zoneamento da cidade de Sinop/MT



Fonte: Plano Diretor de Sinop-MT

O terreno está localizado na ZCI- Zona Comercial I (figura 21), dentro da ZUC-Zona Urbana Consolidada (figura 22), no setor comercial da cidade de Sinop-MT.

Figura 22: Mapa do zoneamento da cidade de Sinop/MT



Fonte: Plano Diretor de Sinop-MT

Figura 23: Mapa do zoneamento da cidade de Sinop/MT

QUADRO 1 - ÍNDICES, RECUOS E DEMAIS RESTRIÇÕES DE USO

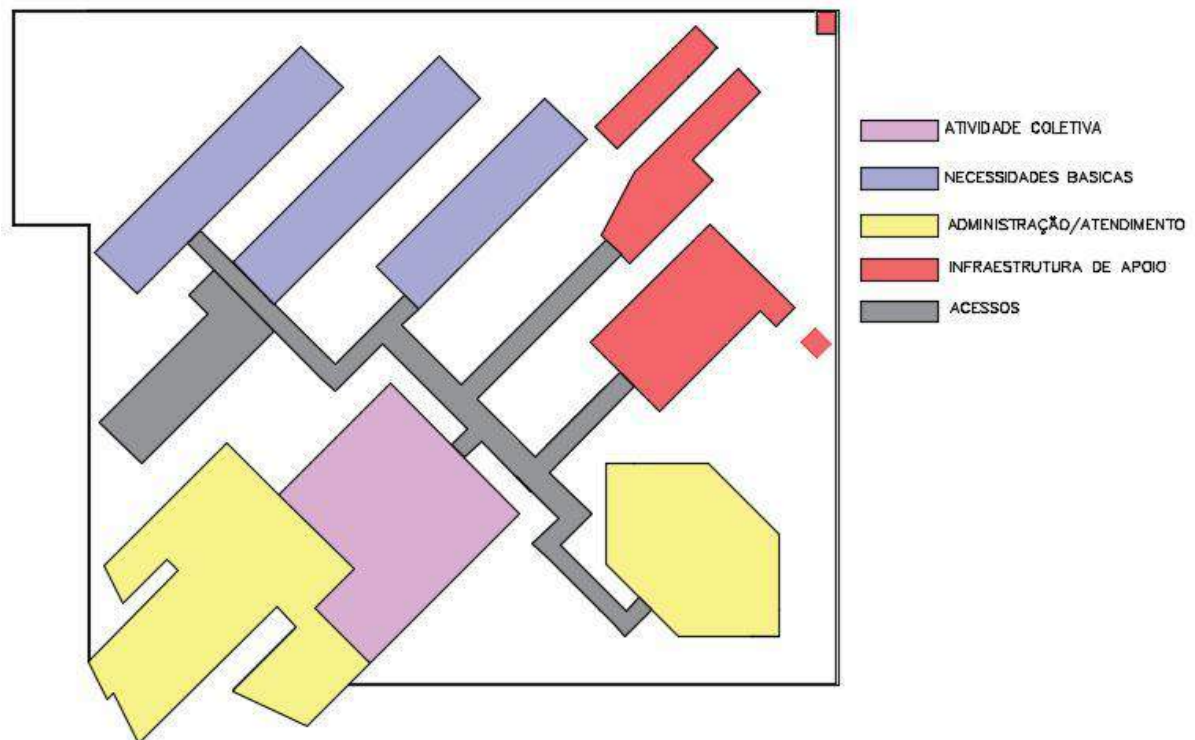
Uso	Altura Máxima (*)	Coeficiente de Aproveitamento (CA)	Taxa de Ocupação (TO)	Taxa de Permeabilidade Máxima	Recuo Mínimos Obrigatórios (metros)		
					Frente	Lateral	Fundo
Residencial	2 pavimentos (térreo + 1)	1,34	67%	20%	5,0	1,5	3,0
Comercial	2 pavimentos (térreo + 1)	1,34	67%	20%	5,0	1,5	3,0
Industrial	2 pavimentos (**) (térreo + 1)	1,40	70%	20%	6,0	2,5	4,0
Diversos	de 3 a 4 pavimentos	2,00	55%	20%	5,5	2,0	3,5
Diversos	de 5 a 6 pavimentos	2,50	50%	20%	6,5	3,0	4,5
Diversos	de 7 a 8 pavimentos	3,00	40%	20%	7,5	4,0	5,5
Diversos	de 9 a 12 pavimentos	3,50	33%	25%	9,0	5,5	7,0
Diversos	de 13 a 15 pavimentos	3,75	25%	25%	11,0	7,5	9,0

Fonte: Plano Diretor de Sinop-MT

Conforme a tabela a cima (figura 23) o projeto é de uso misto, sendo residencial e comercial, respeitando as diretrizes do plano diretor com quantidade máxima de 2 pavimentos (térreo + 1), coeficiente de aproveitamento (CA) DE 1,34%, taxa de ocupação de 67% e permeabilidade 20%.

5.7 Setorização

Figura 24: Setorização

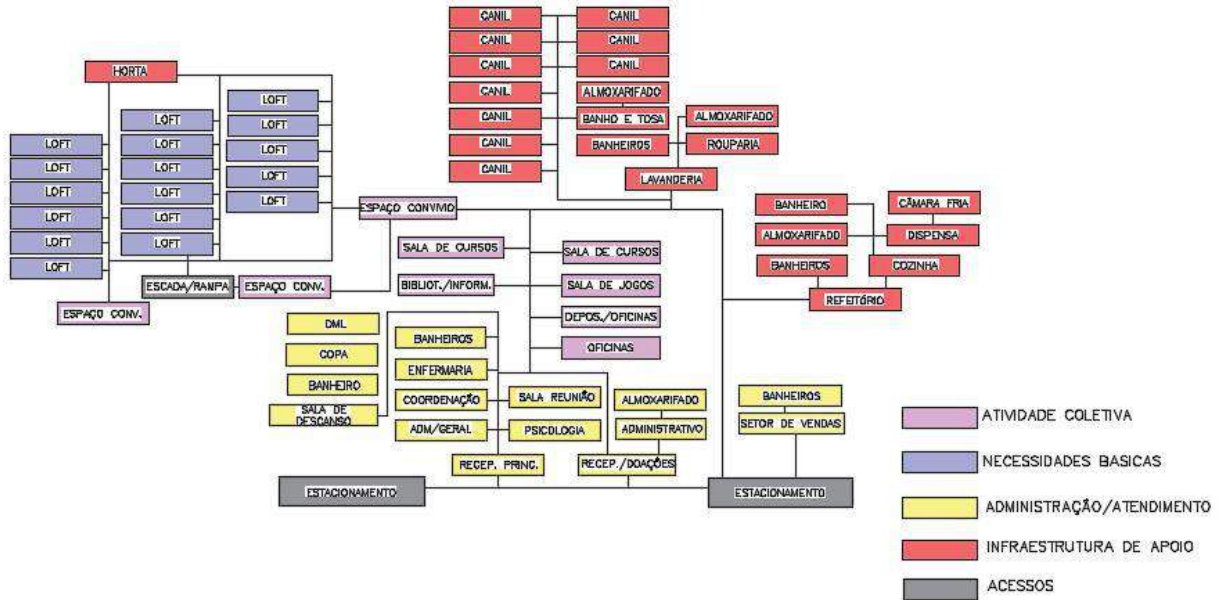


Fonte: Elaborada pelo autor

A setorização dos blocos foi elaborada com análise no fluxo das vias e dos recursos naturais, separando por serviços e uso. Priorizando a privacidade dos moradores, os blocos de necessidades básicas e infraestrutura de apoio foram locados próximo das vias de menor fluxo, a atividade coletiva locada de forma que seja de fácil acesso aos colaboradores sem muita circulação as áreas de necessidade básica visando privacidade aos moradores e para as vias de maior fluxo o administrativo e atendimento, para um melhor acesso do público e visibilidade.

5.8 Fluxograma

Figura 25: Fluxograma



Fonte: Elabora pelo autor

5.9 Programa de necessidades e dimensionamento

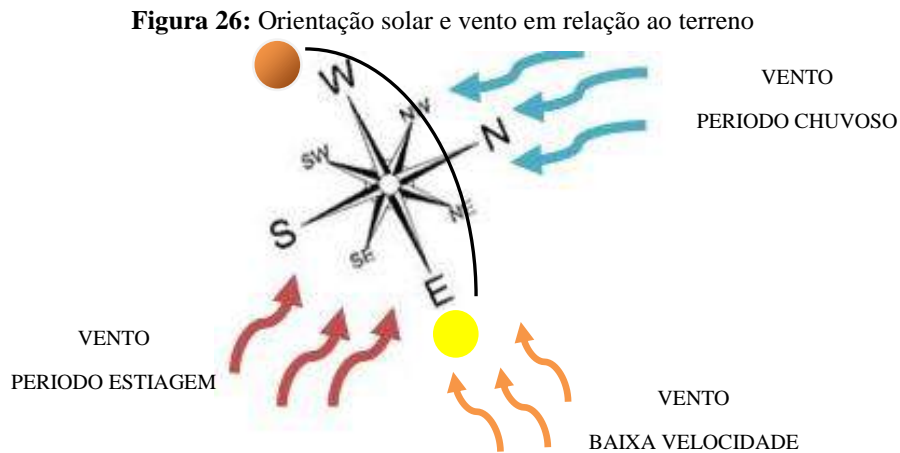
NECESSIDADES BÁSICAS			
QUANT.	ESPAÇO	AREA UNID.(M²)	AREA TOTAL(M²)
30	LOFTS	29,63	888,90
33	BANHEIRO	3,25	107,25
02	LOFTS/PNE	41,95	83,90
02	BANHEIRO/PCD	7,23	14,46
01	LOFT	23,65	23,65
ATIVIDADES COLETIVAS			
QUANT.	ESPAÇO	AREA UNID.(M²)	AREA TOTAL(M²)
01	SALA DE JOGOS	30,00	30,00
01	SALA DE CURSOS	30,00	30,00

01	SALA DE CURSOS	38,02	38,02
01	BIBLIOTECA/INFORMATICA	66,87	66,87
01	OFICINAS	80,00	80,00
01	DEPOSITO OFICINAS	10,00	10,00
02	LAVABO	2,40	4,80
01	LAVABO PCD	4,00	4,00
ADMINISTRAÇÃO/ATENDIMENTO			
QUANT.	ESPAÇO	AREA UNID.(M²)	AREA TOTAL(M²)
01	RECEPÇÃO/CONVÍVIO	51,33	51,33
01	COORDENAÇÃO	20,00	20,00
01	ADM. GERAL	26,50	26,50
01	ENFERMARIA	20,00	20,00
01	LAVABO	3,40	3,40
01	PSICOLOGIA	20,00	20,00
01	SALA DE REUNIÕES	20,00	20,00
01	SALA DE DESCANSO	22,84	22,84
01	BANHEIRO	7,50	7,50
02	BANHEIRO PCD	3,75	7,50
01	COPA FUNC.	15,60	15,60
01	DML	10,00	10,00
INFRAESTRUTURA DE APOIO			
01	LIXO	4,00	4,00

01	GLP	4,00	4,00
01	SALA DOAÇÕES	51,97	51,97
01	ADIMINISTRATIVO	10,00	10,00
01	ALMOXARIFADO	13,50	13,50
01	SETOR DE VENDAS E EVENTOS	260,44	260,44
01	LAVABO PCD	3,40	3,40
02	LAVABO	3,00	6,00
10	CANIL	5,70	57,00
01	TOSA E BANHO	13,07	13,07
01	ALMOXARIFADO	4,72	4,72
01	REFETÓRIO	77,00	77,00
01	LAVABO/PCD	3,40	3,40
02	LAVABO	2,00	4,00
01	BANHEIRO/FUNC.	6,30	6,30
01	ALMOXARIFADO	6,30	6,30
01	DISPENSA	14,37	14,37
01	CÂMARA FRIA	5,75	5,75
01	LAVANDERIA	30,53	30,53
01	ROUPARIA	12,00	12,00
01	ALMOXARIFADO	6,00	6,00
01	LAVABO	2,30	2,30
01	LAVABO PCD	3,40	3,40

5.9.1 Partido arquitetônico

O partido arquitetônico surgiu da predominância dos recursos naturais, baseado na direção do vento e orientação solar a partir da rosa dos ventos, sendo o vento na região predominante no período de estiagem sudeste, período chuvoso noroeste e durante todo o ano em baixa velocidade do Leste. O sol nascente confrontando os lotes da avenida das itaúbas e o sol poente os lotes da rua das grevíleas.



Fonte: Elabora pelo autor

O formato hexagonal do setor de vendas e eventos foi inspirada na colmeia (abrigo construído pelas abelhas), inspiração também para o nome do centro de integração. As abelhas são insetos sociais, ou seja, os indivíduos da espécie vivem juntos em colmeias e tem divisão de tarefas dentro dela.

5.10 Implantação

Potencializando os recursos naturais a implantação das edificações foi distribuída em ângulo de 45°, com base no nos princípios de vento e orientação solar, recebendo ventilação sem barreiras durante todo o ano e com sua fachada voltada para leste, aumentado sua eficiência energética, reduzindo a utilização de equipamentos para refrigeração dos ambientes e utilizando iluminação natural.

Figura 27: Implantação



Fonte: Elaborada pelo autor

O projeto dispõe de estacionamento 20 vagas para veículos, sendo 2 vagas preferenciais para idosos e 2 vagas para PCD (portador deficiência física), as calçadas com largura de 5 metros seguem a lei municipal nº 2423, de 16 de maio de 2017 do código de obras de Sinop-MT, que diz ” para passeios que meçam 5,00 m. de largura, a calçada será construída respeitando-se a distância de 2,00 m. do meio-fio e 0,50m do muro, com 0,50m de calçamento junto ao meio fio, seguido por 1,50m livre para arborização e jardinagem”, com acessibilidade de rampas de acesso e piso tátil seguem as diretrizes da NBR 16537. O paisagismo é composto por vegetação de grande, médio e pequeno porte, pensando em locais sombreados e frescos.

Projetados pensando no fluxo das avenidas e seu uso, os blocos são distribuídos de forma a facilitar o uso e priorizar a privacidade dos moradores.

5.11 Memorial descritivo e justificativo

5.11.1 Dados gerais

Colmeia Centro de Integração, localizado na cidade de Sinop, Mato Grosso, na rua das caviúnas com avenida das itaúbas, bairro setor comercial, quadra 85, com área total do terreno de 7.040,00m², área construída 2.947,05 m², área permeável de 69,64%.

5.11.2 Objetivo

O projeto tem como objetivo prover acolhimento para até 47 pessoas, sendo homens, mulheres ou família que vivem em situação de rua, proporcionando um local de acompanhamento, profissionalização, lazer, convívio e reintegração a sociedade. Acolhendo-as e as incentivando a despertar o interesse em reintegrar à sociedade e ter seus direitos sociais garantidos.

5.11.3 O projeto

O projeto faz uso de linhas longitudinais e verticais priorizando sempre os recursos naturais como iluminação e a ventilação natural, buscando assim o conforto termo acústico a edificação.

Os dormitórios de estilo loft residencial (moradia com característica como pé-direito alto, grandes janelas de vidro, espaços amplos e integrados), composto por 3 blocos de moradia vertical, divididos em bloco A e C onde encontra-se 21 unidades de lofts individuais sendo 2 unidades PCD, bloco B familiar. Um bloco administrativo e atendimento, atividade coletiva, infraestrutura de apoio e necessidades básicas longitudinais. O centro de integração ainda conta com espaços de convívio para interação entre os moradores, com bancos, mesa de jogos, arborização e iluminação, espaço para os animais de estimação com baias e local para banho e tosa e uma horta orgânica para a produção de alimentos a serem consumidos no centro. Tem como finalidade acolher e reintegrar as pessoas de rua a sociedade.

O terreno tem sua localização escolhida devido à região central da cidade ser a de maior concentração de pessoas vivendo nas ruas, ponto estratégico, próximo ao hospital regional de Sinop, Escola Estadual Ceja Osvaldo Paula Benedito Santana da Silva Freire, a órgãos públicos como Secretaria Municipal de Assistência Social e espaços de convívio

públicos, clínica e mercado. Localizado próximo ao centro, onde temos a maior concentração de pessoas em situação de rua, buscando atraí-las a buscar ajuda e se reintegrar à sociedade.

Buscando uma parcial sustentabilidade e funcionalidade, os materiais utilizados para elaboração do projeto estão voltados para a facilidade de manutenção, auto sustentabilidade de forma parcial, ecologia e potencialização dos recursos naturais.

5.11.4 Quadro de áreas

Figura 28: Quadro de áreas

QUADRO DE ÁREAS:		
Área do Terreno		7.040,00 m ²
Área do pavimento térreo		2.479,05 m ²
Área do primeiro pavimento		468,55 m ²
Área total a construir		2.947,05 m ²
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO:		
ÁREA PERMEÁVEL:	69,64%	4.902,95 m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO:	41,86%	2.947,05 m ²

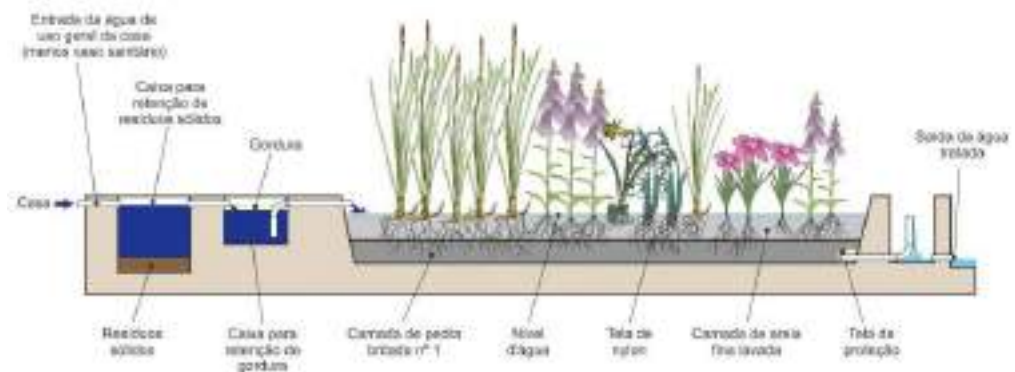
Fonte: Elabora pelo autor

5.12 Diretrizes construtivas

5.12.1 Jardim Filtrante e Captação da água da chuva

Para a reutilização das águas cinzas provenientes da lavanderia e pias dos lofts, foi implantado o jardim filtrante ao redor da edificação do setor de vendas e eventos. O jardim tem seu sistema simples e as plantas utilizadas no jardim são o aguapé e vitória-régia. Exemplo de jardim filtrante em corte:

Figura 29: Jardim filtrante em corte



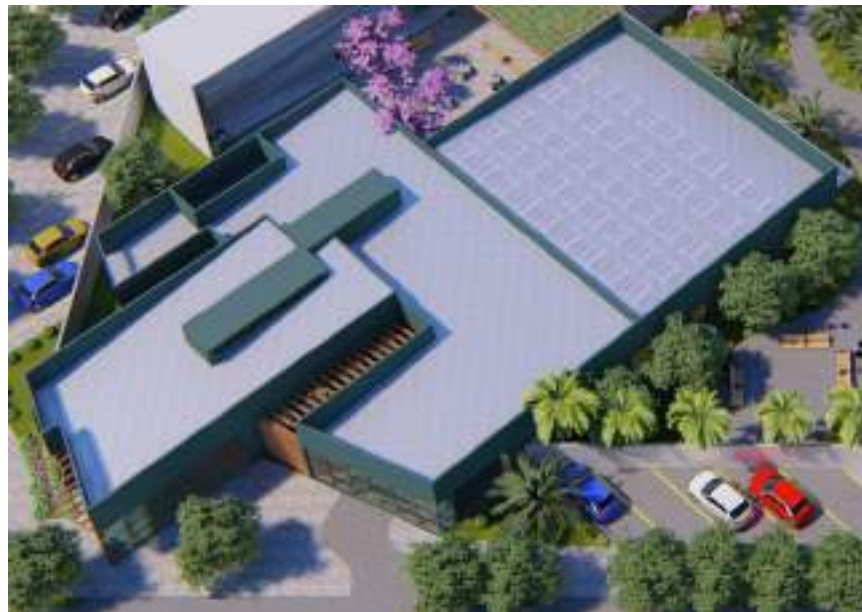
Fonte: <http://saneamento.cnpdia.embrapa.br>

Para a captação da água da chuva, três cisternas de 500 mil litros foram locadas próximo aos blocos infraestrutura de apoio como lavanderia, moradia e refeitório, onde as águas pluviais serão captadas, armazenadas e utilizadas para a manutenção do jardim e horta.

5.12.2 Placas fotovoltaicas

Locadas na cobertura do bloco administrativo e apoio, as placas fotovoltaicas foram direcionadas para o norte como mostra a figura 30 a seguir.

Figura 30: Placas Fotovoltaicas

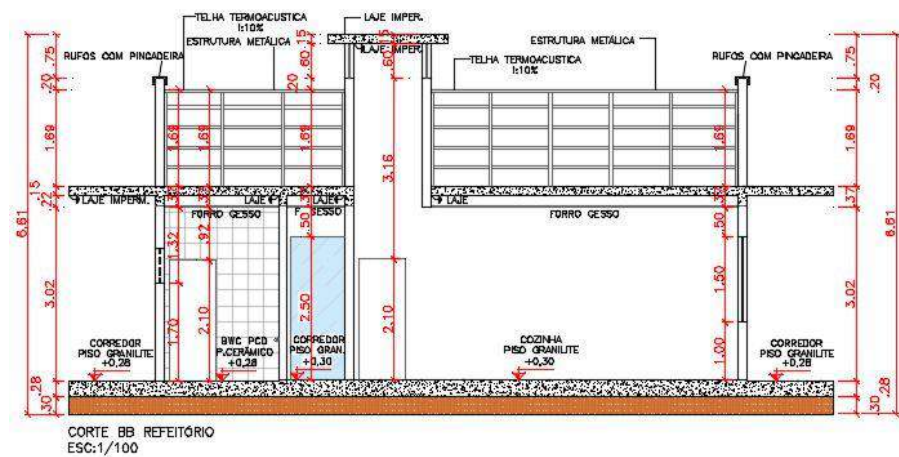


Fonte: Elaborado pelo autor

5.12.3 Chaminé Solar

A chaminé solar está presente no bloco administrativo e refeitório em locais onde a ventilação cruzada é menos favorecida, onde através de janelas com sistema automatizado de abertura, permitindo a saída do ar quente de dentro do edifício. Como esta representa na figura 30.

Figura 31: Chaminé solar



Fonte: Elabora pelo autor

5.12.4 Steel Frame

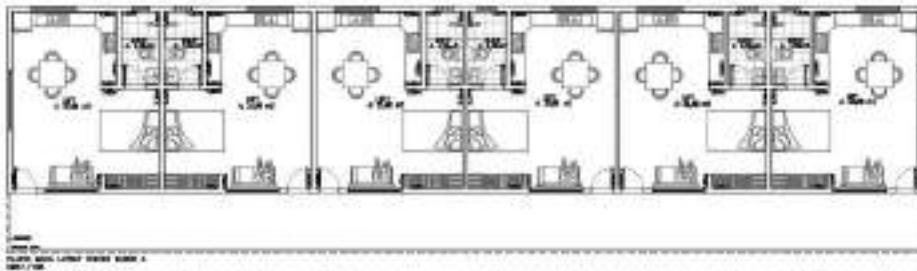
O sistema construtivo utilizado para o projeto é o *Steel Frame*, por ser um sistema flexível e sustentável, e pelos seus benefícios como:

- Consumo de água durante a obra é muito pequeno
- Utiliza até 90% menos água;
- Edificação não retém umidade;
- Baixa troca térmica entre ambiente interno e externo;
- Os materiais utilizados no sistema são durante seu processo de produção menos agressivos ao ambiente e podem ser reciclados em sua grande maioria.
- Diminui mais de 80% o desperdício de materiais.

6 PROJETO DE ARQUITETURA

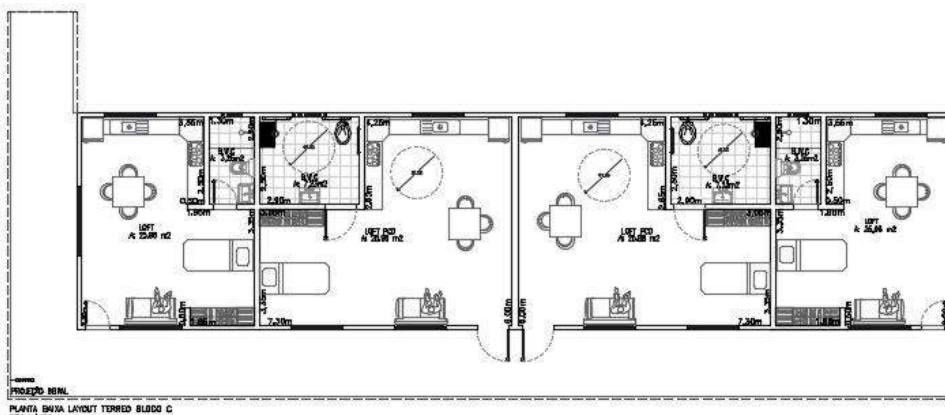
O projeto arquitetônico é composto por planta de situação, planta de implantação técnica, planta baixas técnicas, plantas baixa de layout, planta de cobertura, cortes, fachadas e maquete eletrônica, o projeto detalhado completo está disponível em anexo nas pranchas e CD. Segui a baixo as plantas baixa de layout (figura 32,33,34,35,36 e 37) onde podemos observar as disposições dos mobiliários, circulação, uso e função.

Figura 32 Planta de Layout lofts familiar



Fonte: Elabora pelo autor

Figura 33: Planta de Layout lofts PCD e individual



Fonte: Elabora pelo autor

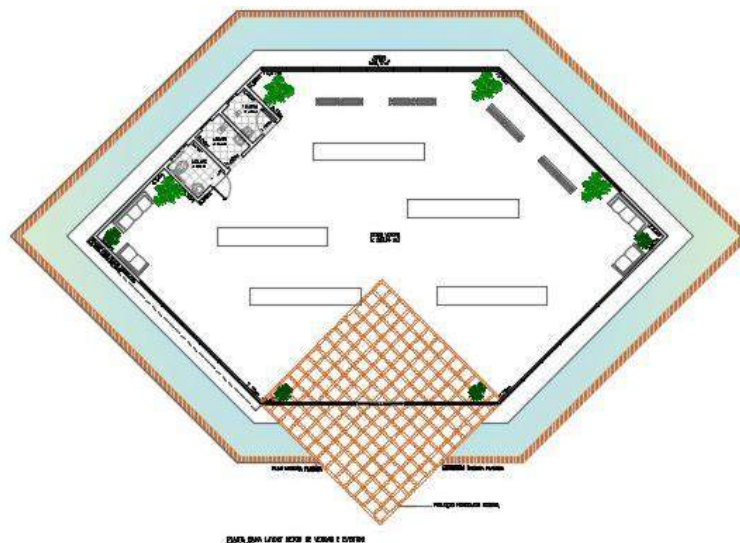
Figura 34: Planta de Layout bloco administrativo e atividade coletiva



Fonte: Elabora pelo autor

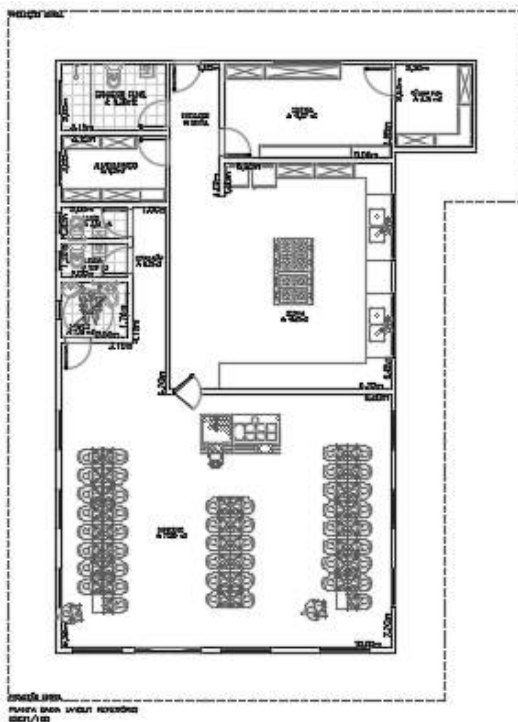
Ao redor do setor de vendas e eventos fica o Jardim filtrante, perolado marcando entrada da edificação e banco de madeira plástica, trazendo uma harmonia visual e colaborando com a sustentabilidade (figura 35).

Figura 35: Planta de Layout setor de vendas e eventos



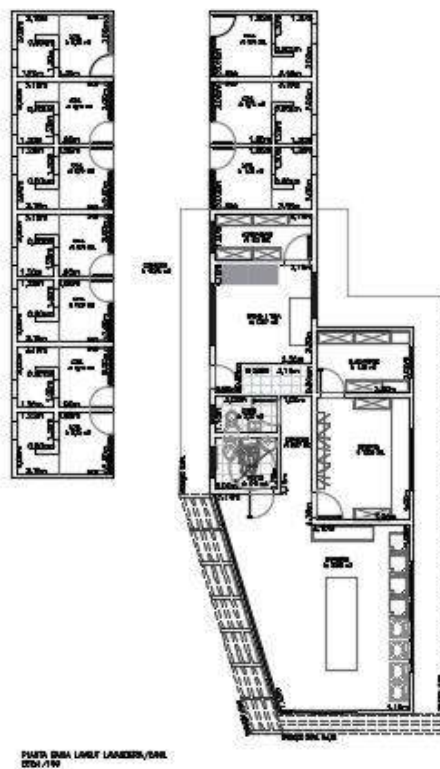
Fonte: Elabora pelo autor

Figura 36: Planta layout refeitório



Fonte: Elabora pelo autor

Figura 37: Planta de Layout Lavanderia e canil



Fonte: Elabora pelo autor

6.1 Maquete Eletrônica

A volumetria mostra as disposições das edificações no terreno, os recuos para estacionamento, entradas de serviço, brises dispostos nas edificações nas fachadas oeste, se pode analisar o projeto como um todo. As placas fotovoltaicas e chaminé solares, o lago filtrante e cisternas com princípio de sustentabilidade.

Figura 38: Implantação



Fonte: Elabora pelo autor

Figura 39: Fachada principal bloco administrativo e atendimento



Fonte: Elabora pelo autor

Figura 40: Setor de vendas e eventos



Fonte: Elabora pelo autor

Figura 41: Setor de vendas e eventos



Fonte: Elabora pelo autor

A fachada oeste da lavanderia é composta por um brise de madeira, fachada de vidro e janela basculante para iluminação e ventilação natural (figura 42).

Figura 42: Lavanderia e canil



Fonte: Elabora pelo autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou o desenvolvimento de um centro de integração a pessoa em vulnerabilidade social, trazendo o conceito diferente de habitação, buscando conceitos sustentáveis, destinado à acompanhamento, profissionalização, lazer, convívio e reintegração a sociedade.

Com objetivo de analisar a necessidade desse empreendimento para região, identificar meios sustentáveis para a execução da obra, identificar espaços acolhedores, humanos e resolutivos, propor ambientes que facilitem a locomoção de pessoas com a mobilidade reduzida, atender as atividades que possibilitem a integração entre os indivíduos.

O projeto permitiu um estudo mais profundo de como e quando surgiram essas pessoas em situação de rua, como são afetadas pela falta de acesso aos seus direitos, como essa comunidade é amparada pela lei, permitiu também um estudo e análises das técnicas sustentáveis e acessibilidade dentro da arquitetura.

A grande parte dos abrigos não apresenta uma infraestrutura que o morador possa chamar de “lar”, e esse é o intuito da colmeia centro de integração, dispor de espaços aconchegantes, privativos, educativos e reabilitadores, trazendo esses moradores a despertar o interesse em se reintegrar à sociedade, com a ajuda do centro integrador e de colaboradores.

O espaço tem a finalidade de fazer com que essas pessoas se sintam úteis e qualificadas para o mercado de trabalho, através de cursos, oficinas, produção de alimentos orgânicos, responsabilidade de manutenção do centro de integração.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Ricardo (Org). A classe trabalhadora ampliada. Agencia Brasil de Fato, Rio de Janeiro – RJ, Julho, 2009. MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

AMORIM, Cláudia Naves David. **Luz Natural e Projeto de Arquitetura:** Estratégias para Iluminação Zenital em Centros de Compras. Disponível em:<<https://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/Pesquisa/luz%20natural%20e%20projeto.pdf>> Acesso em 14 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Meta Instituto de Pesquisa de opinião. Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua, 2008. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf > Acesso em: 16 de setembro de 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Dos direitos Sociais, Capítulo II. Brasília, 1988 com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em 20 de novembro de 2018.

BEZERRA, Juliana. **Globalização.** Toda Matéria. 2018. Disponível em:<<https://www.todamateria.com.br/globalizacao/>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

BOVE, Cristina; Figueiredo, Gladston. População em Situação de Rua. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2017/06/POPULA%C3%87AO-EM-SITUA%C3%87O-DE-RUA.pdf>> Acesso em 16 de setembro de 2018.

CAPSLO HOMELESS SERVICES CENTER. Architizer. Disponível em: <https://architizer.com/projects/capslo-homeless-services-center/>> Acesso em 15 de novembro de 2018.

CARDOZO, Heloisa Helena Pacheco. Narrativas de um Candango em Brasília. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, nº 47, p,163-80-2004.

CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles. Evolução do Processo Social População em Situação de Rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2018.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; Gomes, Telma Maranhão. Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntas-respostascentropoprua-impressao.dez.pdf>> Acesso em 18 de agosto de 2018.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. **Síntese de Indicadores Sociais: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017**. Agência IBGE notícias. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>> Acesso em: 10 dezembro de 2018.

Estratégias para Manutenção. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2007.

FERNANDES, Juliana. Suas e População em Situação de rua. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/julianafernandes.pdf> Acesso em 15 de setembro de 2018.

GEREMEK, Bronislaw. Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

HONDA, Wilson Saburo. “Certificação da Sustentabilidade de Edifícios de Escritórios Corporativos no Brasil”. São Paulo: 2016.

KLAUSMANN, Alexandre da Rocha. moradores de rua – um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil: a realidade do centro pop de rio grande do sul/SC. Iruporanga/SC, 2013. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>> Acesso em 25 de agosto. 2018.

LA CASA / STUDIOTWENTYSEVENARCHITECTURE + LEO A DALY JV. Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/776661/la-casa-studiotwentysevenarchitecture-plus-leo-a-daly-jv>> Acesso em: 14 de novembro de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. SUAS e População Em Situação De Rua. DISPONÍVEL EM:
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/populacao-em-situacao-> > Acesso em: 02 novembro. 2018.

MIIDER,C., CASALI,C.JK: a construção do mito antes da minissérie global. 2ª Ed.Revista :Revista Científica Interdisciplinar da Gradação, São Paulo,2011.

MOREIRA, André Luis Andrade. A Estrutura do Palácio da Justiça em Brasília: Aspectos Históricos, Científicos e Tecnológicos de Projeto, Execução, Intervenções e Proposta de MÜLLER, Fábio. Catedral de Brasília, 1958-70: Redução e Redenção; in: Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v. 10, n. 11, p. 9-33, Belo Horizonte, MG, 2003.

NIEMEYER, Oscar. Minha Arquitetura. Editora Revan, 2000, 3ª edição, Rio de Janeiro, dezembro de 2000.

NONATO, Alexandre. Análise das notícias sobre o incidente na Pacheco Fernandes em Brasília e as consequências da ausência do jornalismo. Intercon - Sociedade brasileira de Estudos interdisciplinares da comunicação - Curitiba, PR, 2009.

NORMA BRASILEIRA ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliários espaços e equipamentos urbanos.** Disponível em:<
<https://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>> Acesso em 27/ de fevereiro de 2019.

OGG, Helena D'Ávila. Centro de Assistência á população em Situação de Rua. Curitiba, 2014. Disponível em: <
http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2985/1/CT_COARQ_2014_1_01.pdf >
Acesso em 15 de agosto de 2018.

OLIVEIRA, José Roberto de. A rua na pobreza e a pobreza na rua: a rua como novo local do habitar. Um estudo das relações entre moradores de rua e espaço urbano. Dissertação (Mestrado Em Arquitetura E Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

OIIVEIRA, Juscelino Kubitschek. Por que construí Brasília. Brasília: Rio de Janeiro: Bloch editores S.A.1975.

PINTO, Régina Maria Prado; GONDIM, Antônio Beethoven Carneiro. Trabalho e População em Situação de rua: uma análise à luz da questão social. Disponível em:

<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituacaod
eruaumaanalisealuzdaquestaosocial.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo1/trabalhoepopulacaoemsituacaod
eruaumaanalisealuzdaquestaosocial.pdf) > Acesso em 15 de agosto de 2018.

SHELTER HOME FOR THE HOMELESS. Archdaily.

Disponível em:> <https://www.archdaily.com/124688/shelter-home-for-the-homeless-javier-larraz/> > Acesso em: 15 de novembro de 2018.

SILVA, M. L. L. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento. **Serviço de Acolhimento para adultos e Famílias**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias> > Acesso em 12 de setembro de 2018.

VÉRAS, Maura P. B. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. Caderno CRH, Salvador, N.38, P 78-114, jan. / Jun./ 2003. Disponível em: Acesso em: 01 de setembro 2018.